

Arrecadação pífia nem paga conta de Temer

Leilão do pré-sal com preço do barril em baixa é duplo crime de lesa-pátria

Coelhinho diz que a tarifa de energia vai ter novo aumento

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelhinho Filho, afirmou que o governo pode realizar novos aumentos na conta de luz dos consumidores. Segundo ele, está se considerando a possibilidade de comprar energia mais cara e repassar os novos custos para a população, "como já vem ocorrendo". O ministro de Temer destacou que pretende enviar a proposta de privatização da Eletrobrás para a Casa Civil ainda esta semana. **Página 4**



Para Ildo Sauer, Brasil precisa de governo que seja capaz de anular leilões e privatizações

É um tiro no pé arrecadar R\$ 6 bilhões para pagar a conta que o Temer fez para se manter [no poder], mesmo acusado de cometer crimes", afirmou o vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, Ildo Sauer. Ele avaliou que o leilão no pré-sal realizado na sexta-feira (27/10) é um assalto à riqueza nacional. "Qualquer governo legítimo que venha a existir a partir do ano que vem tem de anular esses leilões e as privatizações feitas pelos quadrilheiros que comandam o país hoje". **P. 2**

Temer sabia do esquema de propina na Caixa, depõe operador do PMDB

Fotos: STF



Ao responder, na Justiça Federal, quais as pessoas que sabiam do esquema de propinas no FI-FGTS, o operador da cúpula do PMDB, Lúcio Funaro, respondeu que "Geddel com certeza, Lúcio (Vieira Lima, irmão de Geddel) com certeza, Henrique (Eduardo Alves), Michel Temer, Moreira Franco". **Pág. 3**

Direita quer Lula como candidato da esquerda para ter moleza na eleição

Se 35% dos eleitores preferissem ter na Presidência da República um comprovadamente voraz predador do dinheiro público, e o restante do eleitorado assistisse apático a essa situação, o Brasil estaria perdido. Acontece que a rejeição a Lula é bem maior e impede que ele vença, caso consiga concorrer *sub judice*, qualquer eleição majoritária.

O setor da direita que prefere usar o cérebro ao invés dos músculos sabe que Lula e o PT são inofensivos. Sabe que foram vergonhosamente cooptados e corrompidos, aderindo paulatinamente ao projeto neoliberal e seus métodos criminosos com o intuito de fazerem - "porque ninguém é de ferro" - o seu pezinho de meia.

A direita sabe muito bem que Lula e o PT não têm mais nada de esquerda. Daí o seu interesse em escalá-los para representar exatamente aquilo que não são. **Página 3**

Governo já torrou com pagamento de juros este ano R\$ 303 bilhões

De janeiro a setembro, o governo transferiu aos bancos a forma de juros R\$ 303,1 bilhões e, em 12 meses, R\$ 415,1 bilhões. Apenas em um mês, setembro, foram R\$ 32 bilhões. A economia, por sua vez, continua no fundo do poço. **P. 2**

Economia estagnada e lucro líquido do Itaú aumenta 12,7% sobre ano passado

O lucro líquido do Itaú Unibanco atingiu R\$ 6,077 bilhões no terceiro trimestre de 2017, um avanço de 12,7% em relação ao valor registrado no mesmo período do ano passado. **Pág. 2**

Temer corta reajuste de servidores e aumenta desconto de 11% para 14%

Temer assinou duas medidas diretamente os serviços e provisórias (MP's) que atacam servidores públicos do país. **Pág. 5**

Barroso: Gilmar é leniente com "os criminosos de colarinho branco"

"Não transfira para mim essa parceria que vossa excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco", afirmou o ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), na última quinta-feira, em plena sessão do órgão, dando um corretivo nos ataques levianos do ministro Gilmar Mendes, soltador de bandidos ricos. "Vossa excelência normalmente não trabalha com a verdade", atirou Luiz Roberto Barroso. **Página 3**

Meirelles inventa um milhão de empregos

Pág. 2

Com economia no fundo do poço, Temer desvia R\$ 303 bi para bancos

Ao mesmo tempo em que hospitais fecham as portas, investimentos são cortados e o governo ameaça acabar com a Previdência – tudo em nome do controle de gastos – o setor público transferiu aos bancos sob a forma de juros R\$ 303,1 bilhões no ano até setembro. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior (quando R\$ 295 bilhões haviam sido gastos com juros nominais), houve um aumento de R\$ 8,1 bilhões.

Apenas em um mês, setembro, a transferência de recursos públicos para pagar juros alcançou R\$ 32 bilhões. A economia, por sua vez, continua no fundo do poço, o desemprego continua crescendo e o setor produtivo padecendo por falta de investimentos e a derrubada da demanda.

Enquanto os parasitas do setor financeiro enchem os bolsos à custa do desenvolvimento do país, a política de “ajuste” dos governos Dilma e Temer atinge em cheio a saúde e a educação.

Neste ano, o contingenciamento anunciado em março pelo governo federal cortou R\$ 3,6 bilhões de despesas diretas do Ministério da Educação (além de R\$ 700 milhões em emendas parlamentares para área). Levando em conta o total previsto, o corte foi de 15% do orçamento para custeio e de 40% da verba para investimentos.

Apesar de não ter sofrido cortes em relação ao previsto, os gastos com Saúde do governo federal, de R\$ 99,4 bilhões para 2017, nem se comparam ao que é entregue de bandeja ao setor rentista. No Rio de Janeiro, a crise financeira atinge hospitais federais, estaduais e municipais, que se não ainda não fecharam as portas, já estão sem insumos para os atendimentos mais básicos.

Em termos gerais, o orçamento do Ministério da Saúde equivale a 3,6% do PIB (ano base 2016). Enquanto isso, em doze meses, os gastos com juros alcançaram R\$ 415,1 bilhões, 6,4% do PIB.

Em meio à crise, lucro do Itaú cresce 12,7% no 3º trimestre

A cada nova safra de balanços dos bancos, os lucros são crescentes no seio da maior e longa crise da nossa economia, com a indústria, o comércio e o setor de serviços com índices de crescimento negativo, com aumento das falências e a crescente inadimplência.

Divulgado na segunda-feira (30), o lucro líquido do Itaú, maior banco privado do Brasil, no terceiro trimestre deste ano, atingiu R\$ 6,077 bilhões, um aumento de 12,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

Descontadas as chamadas operações “extraordinárias”, como venda de ações e provisões fiscais e previdenciárias, o lucro ainda é um disparate em relação aos resultados dos setores produtivos. No período, foram R\$ R\$ 6,3 bilhões de lucro, o que representa uma alta de 11,8% em relação ao mesmo terceiro trimestre do ano passado.

No acumulado de janeiro a setembro o lucro foi de R\$ 18,6 bilhões, ou 13,9% a

mais do que o mesmo período de 2016.

São expressivas as receitas na prestação de serviços que no terceiro trimestre somaram R\$ 8,4 bilhões. Com taxas extorsivas, no acumulado do ano até setembro, essas receitas foram de R\$ 24,2 bilhões ou um aumento de 5,5% em relação passado.

A política monetária praticada há décadas, com taxas de juros persistentemente entre as mais altas do mundo, de FHC a Temer, passando por Lula e Dilma, é a raiz desses resultados.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 21,6% obtida pelo Itaú no período também é de tirar o fôlego e é uma realidade do sistema financeiro no Brasil. Aqui os bancos tiveram uma rentabilidade de 150% a mais do que os bancos americanos em 2015 e nem nos anos da maior farrá especulativa nos EUA, que resultou no crash de 2008, as taxas americanas alcançaram a rentabilidade dos bancos daqui.

Ildo Sauer: ‘povo vai anular leilões do pré-sal feito por quadrilheiros’



Thomas Silva/ABR

“É a comemoração de uma quadrilha contra o futuro do país. Este leilão, feito por um governo ilegítimo, assaltando a riqueza e o futuro do Brasil, não deveria ter acontecido”, afirma o vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP

O governo Temer realizou na sexta-feira (27/10) as 2ª e 3ª rodadas de licitação no pré-sal, nas quais foram arrematados seis dos oito campos ofertados, sendo arrecadados R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura. E saiu comemorando “estrondoso sucesso”.

“É a comemoração de uma quadrilha contra o futuro do país. Este leilão, feito por um governo ilegítimo, assaltando a riqueza e o futuro do Brasil, não deveria ter acontecido. Quem estuda há décadas a relação do petróleo com a situação política atual do mundo, diz que este nunca seria o momento de fazer o leilão. Porque hoje o petróleo está em torno de 50 dólares o barril. O preço do petróleo não é o preço feito entre oferta e demanda de commodities normais, como é o preço da soja, o preço do milho. O petróleo tem um preço que é geopolítico estratégico”, afirmou o vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, Ildo Sauer, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

Segundo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, o petróleo é produzido em 20 anos depois de iniciada a produção, que tipicamente é cinco anos após o leilão. “É um tiro no pé arrecadar R\$ 6 bilhões para pagar a conta que o Temer fez para se manter [no poder], mesmo acusado de cometer crimes. Nós precisamos que o preço [do petróleo] fique alto e que na nossa exportação a gente pudesse arrecadar mais dinheiro para resgatar a dívida com saúde pública, educação pública, meio ambiente, com a mobilidade urbana, com ciência e tecnologia, com a reforma agrária e com a infraestrutura do país”, disse.

Questionado se não seria mais vantajoso realizar o leilão sob o regime de concessão – segundo o qual quem produz tem a propriedade do petróleo –, o professor da USP respondeu que nem concessão, nem partilha: “O melhor regime é o de prestação de serviço”. E acrescentou: “O petróleo é a forma de como poderíamos mudar o país. Nem a concessão, nem a partilha, permitem isso. A lei atual permite o regime de contratação direta. O governo não faz isso porque faz negociação com as grandes empresas multinacionais”.

De acordo com Sauer, “a Petrobrás, apesar de tudo que nela foi feito por políticos em Brasília, detém a maior capacidade de produzir em águas ultra profundas, tanto que nós descobrimos o pré-sal”.

Defendendo a mudança de regime de produção, ele destacou que “o regime de prestação de serviços permite que se controle o ritmo de produção, se pague a Petrobrás adequadamente para que ela possa remunerar sua força de trabalho, pagar os investimentos, continuar se modernizando e todo o dinheiro remanescente deve ir para o governo, porque o petróleo pertence ao povo brasileiro, segundo a Constituição”.

“Qualquer governo legítimo que venha a existir a partir do ano que vem tem de anular esses leilões e as privatizações feitas pelos quadrilheiros que comandam o país hoje”, sublinhou Sauer, observando que o tema vai ser alvo de debate



Ex-diretor da Petrobrás

nas eleições de 2018: “Tenho certeza absoluta que se houver esclarecimento a população vai votar para anular este leilão e as privatizações”.

A primeira rodada do pré-sal foi realizada no governo Dilma, em 2013, com a venda do campus de Libra, com a entrada de quatro empresas estrangeiras, entre as quais Shell e Total, do cartel internacional do petróleo. As duas rodadas realizadas pelo governo Temer marcou a forte entrada de empresas estrangeiras nos seguintes campos:

Sul de Gato do Mato – Bacia de Santos, com bônus fixo de R\$ 100 milhões e óleo lucro mínimo de 11,53%. Ficou com a anglo-holandesa Shell (80%), que será operadora, e a francesa Total (20%).

Entorno de Sapinhoá – Bacia de Santos, teve bônus fixo de R\$ 200 milhões e óleo lucro mínimo de 10,34%. Arrematado pelo consórcio formado por Petrobrás (45%), operadora, Shell (30%) e a espanhola Repsol Sinopec (25%). O consórcio ofereceu 80% de óleo lucro mínimo.

Norte de Carcará – Bacia de Santos, bônus fixo de R\$ 3 bilhões e óleo lucro mínimo de 22,08%. Levou a área foi o consórcio entre a norueguesa Statoil (40%), operadora, a norte-americana ExxonMobil (40%) e a portuguesa Petrobrás (20%). Ofereceram óleo lucro de 67,12%. A Statoil já opera o campo de Carcará, adquirido da Petrobrás a preço de banana. Peroba - Bacia de Santos, com bônus fixo de R\$ 2 bilhões e óleo lucro mínimo de 13,89%. O vencedor foi o consórcio formado por Petrobrás (40%), operadora, a inglesa BP (40%) e a chinesa CNODC (20%). O óleo lucro foi de 76,96%. Alto de Cabo Frio Oeste – Bacia de Campos, com bônus fixo de R\$ 350 milhões e óleo lucro mínimo de 22,87%. Quem levou a área foi o consórcio entre Shell (55%), a Qatar Petroleum (25%) e a chinesa CNOOC (20%). O óleo lucro oferecido foi o mínimo.

Alto de Cabo Frio Central – Bacia de Campos, com bônus fixo de R\$ 500 milhões e óleo lucro mínimo de 21,38%. Quem levou a área foi o consórcio formado entre Petrobrás (50%), operadora, e a inglesa BP (50%). O óleo lucro oferecido foi de 75,86%.

VALDO ALBUQUERQUE

Meirelles mente sobre o desemprego de mais 619 mil trabalhadores desde o início do ano

Meirelles, o ex-presidente do conselho da JBS que é o ponto comum entre Temer e Lula (cáspite!), declarou que “a crise já acabou e o Brasil está crescendo. Hoje já temos criados, desde o início do ano, mais de um milhão de empregos”.

Como de costume, Meirelles não tem escrúpulo algum – até porque é desprovido de caráter – em mentir, mesmo quando a mentira é monstruosa. Nem em tripudiar sobre quem trabalha – e não consegue emprego devido aos celerosos que estão no governo, a começar dele.

Vejam os dados da PNAD Contínua, do IBGE, sobre o desemprego (“população desocupada”):

DEZEMBRO/2016: **12,342 milhões;**
JANEIRO: **12,921 milhões;**
FEVEREIRO: **13,547 milhões;**
MARÇO: **14,176 milhões;**
ABRIL: **14,048 milhões;**
MAIO: **13,771 milhões;**
JUNHO: **13,486 milhões;**
JULHO: **13,326 milhões;**
AGOSTO: **13,113 milhões;**
SETEMBRO: **12,961 milhões.**

Como o leitor pode ver – ou calcular – o contingente de brasileiros desempregados, este ano, aumentou em 619 mil pessoas, em relação a dezembro de 2016.

Portanto, é mentira que o governo tenha “criado, desde o início do ano, mais de um milhão de empregos”.

Detenhamo-nos, porém, nos números acima: de janeiro a março – apenas três meses – os desempregados aumentaram em um milhão e 834 mil pessoas.

Esse massacre diminuiu nos meses subsequentes – até porque era impossível continuar no mesmo ritmo. Da mesma



“Hoje já temos criados, desde o início do ano, mais de um milhão de empregos”, diz o ministro da JBS

forma que o aumento galopante do desemprego foi provocado pela política de Meirelles e Temer, a Operação Lava Jato – com a polícia e a Justiça cada vez mais nos calcanhars de Temer – fez com que esses bandidos não pudessem continuar a todo vapor com a sua política. A principal preocupação de Temer se tornou a de escapar da cadeia.

Meirelles, provavelmente, está tentando capitalizar a redução da “população desocupada”, após março, escondendo o que aconteceu desde janeiro. Coisa de vigarista, mas assim ele é.

Porém, a aparente redução da população desocupada depois de março foi inteiramente devida ao subemprego: os “trabalhadores por conta própria” aumentaram em 632 mil e os empregados – não domésticos – sem carteira assinada aumentaram em 652 mil. Somados, eles preenchem – mais do que preenchem – a suposta redução nos “desocupados” entre abril e setembro.

Ou seja, o subemprego obrigou trabalhadores, para sustentar a família, a aceitar ocupações que estão abaixo até mesmo do que, no Brasil, se chama emprego.

Desde sua posse, em maio de 2016, até março deste ano, Meirelles e Temer destruíram 2 milhões

e 765 mil empregos – ou seja, elevaram o desemprego de 11 milhões e 411 mil pessoas para 14 milhões e 176 mil pessoas. Portanto, seria risível, se não fosse cinismo, esse anúncio de que o governo criou um milhão de empregos neste ano.

Mesmo que isso fosse verdade, o que significaria isso em um país onde há, segundo o IBGE, 26,3 milhões de pessoas que estão desempregadas ou “subempregadas”? Exceto para os fariseus, não se pode dizer que subemprego seja a mesma coisa que emprego. O subempregado é, a rigor, um desempregado.

Há quem diga, com abundantes elementos de prova, colhidos aqui e nos States, que Meirelles é capaz de qualquer coisa, contanto que não seja algo edificante – desde montar uma rede de empresas-fantasma, como se viu no caso Banestado, até garantir para os clientes do BankBoston que não havia papéis mais seguros do mundo que os da Argentina de De la Rúa, passando pelas mamatas da JBS.

Assim, diz que “a crise já acabou” – quando todos sabem que a causa da crise é a sua política, e ele, não forem varridos do país.

C.L.

Em agosto, 4,8 milhões de micro e pequenas empresas não conseguiram quitar suas dívidas

Um total de 4,8 milhões de micro e pequenas empresas estavam com dívidas atrasadas em agosto, conforme estudo divulgado pela Serasa Experian. É um percentual de 13,2% a mais que o registrado no mesmo mês de 2016. A maior quantidade já registrada desde março de 2016, base inicial do histórico levantado.

Desse total 45,4% eram companhias comerciais, 45,3% prestadores de serviços e 8,8% indústrias. A região Sudeste concentra a maior porcentagem de micro e pequenas empresas inadimplentes, com 53,6% do total.

Em seguida está o Nordeste, com 16,5%; Sul, com 15,8%; Centro-Oeste, com 8,7% e Norte, com 5,3%.

As MPes que já responderam por 27% do PIB em 2015 e, por isso, o recorde de inadimplência preocupa. “Essas micros e pequenas representavam 93% do total de companhias inadimplentes no Brasil em agosto deste ano”, afirma o economista Luiz Rabi, responsável pelo estudo.

“Observamos que a inadimplência do consumidor vem caindo, e a inadimplência das pessoas jurídicas

não para de crescer.” “Os resultados mostraram que a inadimplência das pessoas jurídicas foi puxada pelo avanço da inadimplência das micros e pequenas empresas”, explica o economista.

Esse estudo dá mais subsídios para explicitar a contradição que vive e se aprofunda em nossa economia, com o setor financeiro com lucros altíssimos durante os piores anos que a economia atravessa, enquanto os demais setores, com poucas exceções, vive a aflição do dia seguinte. Veja matéria nesta página sobre os lucros do Itaú.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O autor com o reitor e o vice da UFPA
Reitor da UFPA: Livro de João Vicente Goulart contribui para fortalecer a democracia brasileira

O filósofo e escritor João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango, lançou sua obra de memórias "Jango e Eu - Memória de um Exílio Sem Volta" em Belém (PA), durante sessão de autógrafos realizada dia 25 na Livraria Saraiva do Boulevard Shopping. O livro traz um registro histórico sobre a vida da família Goulart no exílio.

"Meu pai dizia que estar exilado é como estar morto-vivo, pois as pessoas não conseguem sequer ter um documento da sua terra, passaporte para se deslocar e ficam circunscritas às leis de um outro país", diz o escritor.

Aos sete anos, João Vicente Goulart saiu do Brasil junto com o pai, a mãe, Maria Thereza, e a irmã Denize rumo ao exílio no Uruguai.

"O livro aborda os acontecimentos que começam no dia 1º de abril de 1964 e finaliza no dia 6 de dezembro de 1976, dia da morte do meu pai. Não à toa o subtítulo é esse, um exílio sem volta. É um mergulho profundo na memória de alguém que saiu ainda menino de seu país e vive essa fase no exílio", lembrou.

João Vicente Goulart também esteve na Universidade Federal do Pará (UFPA) para divulgar o livro, onde foi recebido pelo reitor Emmanuel Zagury Tourinho e pelo vice-reitor, Gilmar Pereira da Silva. Belém é a 14ª capital na qual a obra foi lançada. Para o reitor da UFPA, o lançamento do livro no Pará é uma oportunidade valiosa, pois "estimula a nossa comunidade a revisitar essa parte da história do País, algo importante especialmente no momento que estamos vivendo - de tantos desafios para a democracia brasileira".

O autor declarou esperar que, em todas as capitais que percorrer, o livro consiga traduzir às novas gerações a importância da luta pela liberdade, pela justiça social, pelos direitos humanos e por um país mais justo, livre e soberano.

PSOL-RS/Divulgação



Ex-deputada federal e fundadora do PSOL
PSOL-RS indica Luciana Genro como candidata do partido à presidência

O VI Congresso Estadual do PSOL do Rio Grande do Sul aprovou a indicação do nome da ex-deputada federal Luciana Genro como pré-candidata à presidência da República nas eleições de 2018. A indicação será levada à discussão do Congresso Nacional do partido, que será realizado nos dias 2 e 3 de dezembro, em Lúziânia (GO).

"Aprovamos essa resolução para que o partido nacionalmente saiba que o Rio Grande do Sul tem um nome a oferecer na disputa presidencial", disse o vereador Roberto Robaina. Ele destacou que o PSOL gaúcho está consciente de que existem outros nomes, mas "isso pressupõe

Centrão quer os cargos que Temer prometeu para se salvar

Após a votação da segunda denúncia contra Temer, os partidos da base começam a cobrar a conta do apoio ao presidente e aumenta a disputa interna por cargos no governo. Integrantes do Centrão, por exemplo, já avisaram que não vão aceitar o adiamento da reforma ministerial para março ou abril de 2018.

Na semana passada, 23 deputados tucanos foram contrários a Temer e apenas 20 votaram a favor. Por isso, o Centrão pressiona para desalojar o partido da Secretaria de Governo, ocupada pelo ministro Antonio Imbassahy, e o Ministério

das Cidades, que tem como titular o tucano Bruno Araújo.

"Deixar essa reforma ministerial para 2018 é subestimar a inteligência dos deputados. Se isso acontecer, não vai passar nada na Câmara. Em abril, será obrigatória uma mudança no primeiro escalão por causa do prazo de desincompatibilização. E a partir dessa data, o único assunto do país será a eleição. Portanto, se a reforma ministerial não acontecer agora, a situação do governo ficará crítica", disse um líder do Centrão ao Blog do comentarista Gerson Camarotti, do G1.

"Temer estava a par de todos os acertos de propina", diz Funaro



Temer e Cunha davam cobertura política para o esquema de corrupção
Barroso rebate Gilmar Mendes no STF

O corretivo que o ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu em Gilmar Mendes, na última quinta-feira (26), em plena sessão do órgão, literalmente lavou a alma de milhões de brasileiros. Não se falava em outra coisa pelo Brasil afora. Gilmar Mendes, que já não anda pelas ruas do país sem levar saraivadas de tomates, é conhecido por soltar bandidos ricos. Não tem um magnata preso que não veja nele um santo protetor... e soltador.

Na sessão, Mendes havia menosprezado os problemas vividos pelo povo do Rio de Janeiro, dizendo que a cidade não podia servir de exemplo. "Vossa excelência deve estar achando que [o exemplo] é o Mato Grosso, onde está todo mundo preso", rebateu Barroso. O assunto em pauta era a extinção do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. "E no Rio, não estão todos presos?", indagou Mendes. "Nós prendemos, mas tem gente que solta", ironizou Barroso,

Gilmar Mendes é chamado de 'ladrão' e 'corrupto'

"Ladrão", "corrupto", "vagabundo", foram alguns dos xingamentos de torcedores que foram assistir o jogo São Paulo e Santos, no sábado (28), ao perceberem a presença do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na tribuna de honra do estádio Pacaembu.

Ibope ignora rejeição recorde de Lula

Uma pesquisa do instituto Ibope sobre a eleição presidencial de 2018 diz que Lula e o deputado federal Jair Bolsonaro iriam para o segundo turno se as eleições presidenciais fossem hoje. Segundo o instituto, Lula teria 35%, Bolsonaro, 13%, e Marina, 8% das intenções de voto. Porém, estranhamente o Ibope não indagou os entrevistados sobre a rejeição aos candi-

Lula repreende quem fala "Fora Temer"

O ex-presidente Lula disse que já não é mais o momento de pedir a saída antecipada de Michel Temer da presidência da República. Em discurso na última quinta (26) no interior de Minas Gerais, ele afirmou que a hora é de defender o nome de um novo

presidente ou de uma presidente. Em início na cidade de Salinas, o petista afirmou que as mazelas que acontecem na gestão Temer farão com que o povo "adquirira consciência e venha para a rua para a gente definitivamente não ficar gritando mais 'fora

Procuradoria-Geral da República pede que STF acolha denúncia contra o presidente do DEM

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) recomendando o acolhimento da denúncia contra o senador José Agripino Maia (RN), presidente nacional DEM. A denúncia foi apresentada em setembro pelo então procurador-geral Rodrigo Janot.

O senador é acusado

dando início ao bafafá.

"Não transfira para mim essa parceria que vossa excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco", afirmou Barroso, após Mendes dizer que ele [Barroso] havia soltado José Dirceu, ex-dirigente petista. "Vossa excelência normalmente não trabalha com a verdade", rebateu Luiz Roberto Barroso, ao lembrar que Dirceu havia sido solto por um indulto da então presidente Dilma Rousseff. "Vossa excelência não está discutindo o assunto em pauta. Está fazendo um comício. Está queixoso porque perdeu o assunto dos precatórios", acrescentou Barroso.

"Vossa excelência fica destilando ódio o tempo inteiro. E agora dirigindo-o contra o Rio de Janeiro. Não julga, não fala coisas racionais, articuladas, sempre fala coisa contra alguém, está sempre com ódio, com raiva de alguém. Use um argumento", cobrou Barroso. O ministro citou Chico Buarque para desmas-

carar a arrogância de Gilmar Mendes. "Vossa excelência devia ouvir a última música do Chico Buarque: 'a raiva é filha do medo e mãe da covardia'", apontou Barroso.

Gilmar Mendes calou-se. O vídeo do bate-boca caiu na rede e viralizou. Ele [Gilmar] notabilizou-se por soltar duas vezes numa mesma madrugada Daniel Dantas, dono do Opportunity, preso por corrupção e por tentativa comprovada de subornar policiais federais. Ele livrou da cadeia e colocou em liberdade o picareta Eike Batista. Soltou Jacob Barata Filho, chefe da máfia dos transportes de ônibus do Rio. Colocou nas ruas o médico estuproador Roger Abdelmassih, condenado a 181 anos de prisão. Defendeu o bandido Aécio Neves e acobertou Michel Temer, dizendo, com a maior cara de pau, que não houve propinas na eleição de sua chapa com Dilma Rousseff. Gilmar Mendes não passa, portanto, de um picareta no STF.

SÉRGIO CRUZ
Neves e já deu várias decisões favoráveis ao senador tucano. "Vergonha do Brasil, sai daí corrupto", disse um dos torcedores. Depois, em coro, os torcedores o chamaram de "ladrão". Vídeos com a recepção calorosa a Gilmar Mendes no Pacaembu circulam pelas redes sociais.

Neves e já deu várias decisões favoráveis ao senador tucano. "Vergonha do Brasil, sai daí corrupto", disse um dos torcedores. Depois, em coro, os torcedores o chamaram de "ladrão". Vídeos com a recepção calorosa a Gilmar Mendes no Pacaembu circulam pelas redes sociais.

Lula repreende quem fala "Fora Temer"

Por isso, na pesquisa espontânea, que não apresenta nomes ao entrevistado, Lula caiu para 26 por cento das intenções de voto, ainda assim um número alto, seguido por Bolsonaro com 9 por cento e Marina Silva com 2 por cento.

O levantamento divulgado na segunda-feira (30) foi realizado nos dias 18 e 22 de outubro, em 143 municípios.

Doleiro que operava a propina para o alto escalão do PMDB apresentou como provas planilhas e registros de agenda das transações escabrosas

Lúcio Funaro foi, até a sua prisão, talvez o principal operador da cúpula do PMDB no mercado (?) de propinas à custa do dinheiro do povo. Sabia (e sabe) tanto do esquema, que, já na prisão, Joesley Batista pagava para que ele e Cunha ficassem calados - e Temer recomendou, em conversa gravada, que Joesley continuasse a suborná-los.

Da mesma forma, Geddel, apavorado com a perspectiva da confissão de Funaro, pressionou diretamente a esposa deste, ou para saber como estavam as coisas - ou para ameaçá-lo.

Por isso, seu depoimento à Justiça Federal atraiu tanta atenção. Aqui, faremos um resumo, já que o depoimento de Funaro se estendeu por vários dias.

Sobre a propina passada pelo Grupo Bertin para conseguir financiamento na Caixa Econômica Federal (CEF), durante a campanha eleitoral de 2010, Funaro afirmou que "Eduardo Cunha ficou com R\$ 1 milhão. R\$ 2 milhões ou R\$ 2,5 milhões foram destinados ao presidente Michel Temer; e um valor, acho que R\$ 1 milhão ou R\$ 1,5 milhão foram para o deputado Cândido Vaccarezza [então do PT-SP e líder do governo Dilma]".

Segundo Funaro, a propina de Temer foi passada sob a forma de doação oficial ao diretório nacional do PMDB.

Funaro começou seu depoimento sexta-feira, na 10ª Vara Federal de Brasília, perante o juiz Vallisney Oliveira.

O esquema na Caixa Econômica era operado por Fábio Cleto, então vice-presidente de Fundos e Loterias. No interrogatório, a Procuradoria da República indagou sobre quem, no PMDB sabia das propinas. A resposta foi:

"Geddel com certeza, Lúcio (Vieira Lima, irmão de Geddel) com certeza, Henrique (Eduardo Alves), Michel Temer, Moreira Franco, Washington Reis [prefeito de Duque de Caxias, RJ]".

Na mesma audiência, Fábio Cleto afirmou que foi colocado na Caixa por indicação de Eduardo Cunha e Henrique Eduardo Alves - e que Funaro e Cunha cobravam propina para que empresários conseguissem liberar financiamentos na instituição.

O esquema, estourado pela Operação Sepsis, da Polícia Federal, consistia, segundo descreveu Cleto, em extorquir empresas: ele mesmo, Cleto, avisava Funaro e Cunha de quais empresas estavam tentando obter dinheiro do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), administrado pela Caixa. Em seguida, Funaro e Cunha procuravam as empresas para exigir propina em troca da liberação de dinheiro do FI-FGTS. Depois disso, avisavam a Cleto quais as empresas que seriam favorecidas.

"Alguns tempo depois eles me comunicavam o percentual que supostamente tinham conseguido e me pagavam um percentual disso, pré-aprovado".

Uma parte dessa propina ia para Temer.

Lúcio Funaro confirmou o conteúdo de sua confissão à força-tarefa da Operação Lava Jato: "... sobre o apoio político que tinha na Caixa, tem a esclarecer que estava amparado pelo grupo político composto por Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves e Michel Temer.

"... estes davam apoio à manutenção de Fábio Cleto na Caixa, sendo que foi Eduardo Cunha, com o apoio de Henrique Alves e o aval de Michel Temer quem indicou Fábio Cleto para a Vice-Presidência da Caixa.

"... após a aprovação de um pleito dentro da Caixa, recebia uma comissão das empresas.

"... a operacionalização e di-

visão das propinas com agentes políticos e públicos funcionavam da seguinte maneira: quando as operações eram feitas pelo colaborador [Funaro], eram emitidas notas contra a empresa pagadora e os valores eram depositados em sua conta. Com os valores já depositados, o colaborador marcava com Eduardo Cunha, para definir quem seria a divisão.

"... Cunha e o colaborador tinham uma conta corrente interna.

"... Cunha não sacava os valores, deixando-os de crédito para compensar operações futuras. Assim, quando Cunha fazia uma operação, ele já tinha um saldo devedor com o colaborador e os valores eram compensados.

"... a parte dos valores destinados a Henrique eram tratados por Cunha.

"... Henrique recebia parte dos valores da comissão pois, pessoas enviadas por ele retiraram dinheiro no escritório do colaborador - um assessor parlamentar dele chamado Wellington ou Norton. Algumas vezes o colaborador mandou entregar valores a Henrique em Brasília ou mandava no seu avião para Natal.

"... sabe que Michel Temer está envolvido em repasses do FI/FGTS.

"... embora nunca tenha tratado de dinheiro com Michel Temer, sabia que ele estava a par de todas as operações, podendo citar, por exemplo, a campanha de 2012, quando arrecadou valores para financiar a campanha do Chalita para a Prefeitura de São Paulo e o colaborador conversou com o Cunha e disse que 'precisa falar para o Michel ligar para o Henrique Constantino, para o Henrique liberar um adiamento aí pra campanha do Chalita', e Michel Temer ligou na hora para o Constantino, na frente do colaborador.

"... Temer estava a par de todos os acertos, sendo que quando o colaborador solicitava a Cunha algum tipo de ação de Temer, este o fazia na sequência.

"... houve algumas entrega de valores em espécie do colaborador para Altair, homem de confiança de Cunha.

"... Altair pegou esses referidos valores e entregou para o pessoal do Temer, que não sabe se foi para o Yunes ou outro operador.

"... os valores gerados de propina pela operação da LLX junto ao FI/FGTS, foram, de acordo com Eduardo Cunha, totalmente revertidos em favor da campanha de 2014 do PMDB, que o colaborador não participou dessa operação em nenhuma etapa" (cf. Anexo 4 da colaboração premiada de Lúcio Bolonha Funaro).

Temer, aliás, é onipresente nos depoimentos de Funaro. Outro exemplo:

"... pode identificar, em seus documentos, comprovação de pagamento de propina a pedido de Cunha para os seguintes políticos:

"(...) identificou as doações de R\$1.500.000,00 para Michel Temer e 700 mil para Candido Vaccarezza;

"... tais registros estão na agenda do colaborador abaixo anexada e em cadernos de anotações;

"... os pagamentos de propina foram em doações feitas diretamente para estes dois candidatos pelo GRUPO BERTIM e descontados da contabilidade do colaborador;

"... abaixo constam os documentos e planilhas com a identificação dos pagamentos a esses políticos por Eduardo Cunha. Já identificado no material apreendido pela Polícia Federal" (cf. Anexo 7 da colaboração premiada de Lúcio Bolonha Funaro).

CARLOS LOPES
Reprodução



O doleiro quando depôs para o Ministério Público Federal

Governo derruba investimento e homicídios dispararam no país

Mais de 60 mil assassinatos foram registrados no último ano. Enquanto isso gasto do governo federal com a segurança pública caiu 10,6%

O investimento em segurança pública do governo federal caiu mais de 10% entre 2015 e 2016 enquanto as mortes violentas chegaram a 61,5 mil, segundo dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgado nesta segunda-feira (30).

O governo da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015 e 2016, tendo sido assumido por Michel Temer (PMDB) após o impeachment trouxe uma grande queda na verba federal destinada à Segurança Pública. Em 2015, a União destinou R\$ 9,82 bilhões e em 2016, R\$ 8,81 bilhões.

A verba federal de segurança se aloja no Ministério da Justiça que gastou R\$ 13,2 bilhões em 2016.

O levantamento do FBSP ressalta que, apesar de o valor ser expressivo, a maior parte do montante diz respeito ao custo da máquina pública. Os gastos com a Polícia Federal representaram R\$ 6,11 bilhões em 2015, e R\$ 5,7 bilhões em 2016, uma queda de 5,3%. O gasto com a Polícia Federal representa 43,2% de todo o orçamento do Ministério da Justiça. A Polícia Rodoviária Federal gastou R\$ 3,58 bilhões, 27,1% do orçamento, de acordo com dados do Fórum.

Por outro lado, os fundos que destinam recursos para a Segurança Pública com capacidade de impulsionar ações na ponta e os responsáveis pelos investimentos na área, como o Fundo Nacional de Segurança Pública (R\$ 0,3 bilhão), o Fundo Penitenciário - Fupen (R\$ 1,4 bilhão) e o Fundo Nacional Antidrogas (R\$ 0,1 bilhão) tiveram um montante bastante baixo na comparação com o orçamento total.

A capacidade de investimento em políticas de segurança fica a cargo do governo federal, já que a receita estadual para a segurança pública é usada majoritariamente para dar conta das folhas de pagamento.

O total de despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública correspondeu a apenas 2,3% do orçamento do Ministério, o Fupen a 10,6% e o Fundo Nacional Antidrogas a apenas 0,7%. O Fundo Nacional de Segurança Pública teve queda de 78,8% se comparado com 2007, o primeiro ano disponibilizado pelo Anuário da Violência, o fundo foi criado em 2002.

Com a redução dos recursos desses fundos e a perspectiva de limitação dos gastos com a PEC 55, o cenário é preocupante. Em um momento de contenção de recursos, em que você já tem duas áreas com mínimos definidos constitucionalmente - Educação e Saúde -, se corta dos outros setores e certamente a segurança pública fica no meio.

Na mesma toada dos cortes na segurança pública está a situação das ruas no país. Sem investimentos a violência só cresce e os assassinatos, roubos, latrocínios dispararam.

Os mais de 61,5 mil assas-

sinatos cometidos em 2016 no Brasil equivalem, em números, às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que dizimou a cidade de Nagasaki, no Japão, em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o estudo do FNSP o número de assassinatos cresceu 3,8% em relação a 2015 e a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes atingiu 29,9.

O estado de Sergipe teve o maior número de mortes relativos a cada 100 mil habitantes, foram 64 pessoas. Rio Grande do Norte segue do crescimento de 56,9 mortes e Alagoas com 55,9. No entanto, em números absolutos, o estado com mais mortes violentas intencionais foi do Rio de Janeiro, com 6.262 mortes em 2016.

As capitais com taxas mais elevadas de assassinatos por 100 mil habitantes são Aracaju, com 66,7, Belém, 64, e Porto Alegre, 64,1.

A ONU considera que acima de 10 mortes para cada 100 mil habitantes a violência é endêmica. O diretor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, disse que os números registrados no Brasil são "obscenos". "A violência se alastrou para todos os estados. Não é exclusividade só de um".

O relatório destaca que a letalidade das polícias nos estados aumentou 25,8% em relação a 2015, com 4.224 mortes em decorrência de intervenções de policiais militares e civis. A maioria esmagadora das vítimas é composta por homens (99,3%), jovens (81,8%) e negros (76,2%).

A polícia do estado do Rio de Janeiro é, percentualmente, a segunda que mais mata no país, superada apenas pela força policial do Amapá. Os policiais do Rio são também os que mais morrem em confrontos com criminosos: 113 desde o início de 2017.

O número de policiais mortos cresceu 17,5% em relação a 2015: 437 policiais militares e civis foram vítimas de homicídio em 2016.

Os latrocínios - roubo seguido de morte - somaram 2.703 ocorrências em 2016, uma alta de 58% sobre 2010, com maior incidência nos estados de Goiás, Pará e Amapá.

O número de estupros cresceu 3,5%, somando 49.497 casos. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país, totalizando 4.657 mortes.

A conclusão do estudo: mudanças são necessárias. "Primeiro lugar é pensar segurança não como um tema exclusivamente de polícia, articulando outras esferas e outras atividades, baseada na inteligência e na investigação, vendo o que deu certo nos outros países. Em segundo lugar, tentando romper a ideia de que segurança é enfrentamento violento. Segurança é inteligência. Caso a gente não tenha coragem de falar e segurança de uma forma diferente, a nação, o país quanto uma nação soberana, corre sérios riscos. Porque, afinal e contas, nós estamos matando nós mesmos", afirmou Renato Sérgio de Lima.

Colegiado elege a lista tríplice para escolha do reitor da USP

A eleição colegiada para a escolha dos novos reitor e vice da Universidade de São Paulo (USP) ocorreu na última segunda-feira (30).

Apontada durante a campanha como defensora de medidas de arrocho, a chapa do atual vice-reitor da instituição, professor Vahan Agopyan, foi a mais votada, com 1.092 votos. A chapa vencedora é do campo da situação do atual reitor, Marco Antonio Zago. Ela encabeçara a lista tríplice que será encaminhada para o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

As chapas de oposição a atual gestão ocuparão o segundo e terceiro lugar da lista. O segundo lugar ficou com a diretora da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Maria Armanda do Nascimento Arruda, com 840 votos. O professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, ficou em terceiro lugar, com 594 votos. O quarto colocado, o professor da FFLCH Ricardo Terra, teve 163 votos e não fará parte da lista. Dos 2.097 aptos para votar, participaram 1.949.

A formação da lista para definição do cargo de reitor não é realizada de forma direta e paritária entre o conjunto da

comunidade da universidade. Um "colégio eleitoral", formado por 2.097 pessoas estava apto para votar, participaram da votação, 1.949 pessoas.

Na semana anterior, uma consulta realizada na comunidade uspiana apresentou um resultado oposto ao do colegiado. Apesar de oficial, ela não define os candidatos.

A consulta pública atingiu mais de 9 mil professores, estudantes e funcionários, e trouxe em 1º lugar a professora Maria Armanda, com 3.749 votos, em 2º lugar o professor Ildo Sauer, com 2.553 votos, em 3º lugar o professor Vahan Agopyan, com 2353 votos, e em 4º lugar o professor Ricardo Terra, com 439 votos. Maria Armanda e Ildo Sauer, oposição à atual gestão ficaram, na consulta, com 70% dos votos, enquanto Vahan não teve 25%.

"Na consulta à comunidade de estudantes, docentes e funcionários, a chapa de continuidade da gestão Zago teve resultado amargo", destacou nota do Diretório Central dos Estudantes (DCE-USP).

O DCE Livre da USP afirmou que "o resultado das eleições não reflete os anseios da comunidade acadêmica".



Número de mortes no Brasil é considerado endêmico, segundo critérios da ONU

Ministro da Energia faz agrado a privatistas e promete novos aumentos na conta de luz

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho afirmou que o governo está considerando a possibilidade de comprar energia mais cara e repassar o custo para o consumidor, "como já vem ocorrendo". Coelho ressaltou que, apesar de não haver risco mais severo de desabastecimento, a possível autorização do governo pretende preservar os reservatórios das hidrelétricas.

"Não há um risco mais severo de desabastecimento, porém vai ter um impacto como já vem tendo na tarifa para o consumidor", afirmou. Segundo ele, as projeções indicam que o período chuvoso não será suficiente para repor os reservatórios. O Ministério está conversando com a Petrobras para viabilizar a operação de usinas térmicas que estão

disponíveis, o que não ocorreu por falta de combustível.

Coelho Filho, ressaltou ainda que pretende enviar a proposta de privatização da Eletrobras esta semana à Casa Civil, "o texto já está bastante adiantado entre as equipes técnicas [dos ministérios] da Fazenda, Planejamento e MME [Ministério de Minas e Energia]".

Segundo o ministro, a Casa Civil definirá se o projeto será enviado ao Congresso como um "projeto de lei com urgência urgentíssima ou medida provisória, porque a nossa ideia é que seja o mais rápido possível".

CHESF Assembleia Legislativa de Alagoas realizou, no dia 24, uma audiência pública para discutir a crise hídrica do rio São Francisco e a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf (Companhia Hidrelé-

trica do São Francisco) e do rio São Francisco.

Para o deputado Inácio Lioi (PSB), "a Chesf é responsável por 95% da geração de energia consumida pelos nordestinos e, de repente, de uma hora para outra, o governo Temer chega a conclusão de privatizar um dos setores mais estratégicos para o desenvolvimento de um país sem ouvir ninguém. A Chesf, no meu entendimento, é o maior patrimônio que o Nordeste tem. Temos quatro reservatórios, oito hidrelétricas, uma capacidade de gerar 10 mil megawatts, 20 mil quilômetros de linha de transmissão, 128 subestações, nove mil quilômetros de cabos de fibra ótica e parcerias com parques eólicos, ou seja, todo este patrimônio poderá ser vendido por um preço bem inferior ao custo de sua construção".

Diretoria do BC proíbe debate com o autor do livro "Crimes do Cartel do Bilhão" na sede da instituição

Na última sexta-feira, o diretor de redação da Hora do Povo, Carlos Lopes, foi recepcionado, na sede de São Paulo do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central (SINAL), com um almoço, do qual participou, também, Rosanita Campos, diretora da Fundação Instituto Claudio Campos, que publicou seu livro "Os Crimes do Cartel do Bilhão Contra o Brasil".

Ocorrerá um fato inédito desde os tempos da ditadura. A tarde de autógrafos de "Os Crimes do Cartel do Bilhão Contra o Brasil", e a conferência de Carlos Lopes sobre seu livro, programados para o auditório do Banco Central em São Paulo, foi proibida pela diretoria do BC. O evento era uma promoção do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central (SINAL).

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, e toda a diretoria do banco, fora convidado para a palestra. No entanto, horas depois de enviados os convites - por meio eletrônico - o presidente do SINAL-SP, Iso Sendacz, foi comunicado que



Carlos Lopes participou de encontro com a diretoria do SINAL

o evento nas dependências do BC estava proibido. O único motivo apresentado para a proibição foi que Carlos Lopes trabalhava em um jornal que era "muito contra o governo".

Este seria um motivo, evidentemente, para proibir a entrada de, pelo menos, 97% dos brasileiros no Banco Central - que, por falar nisso, pertence ao povo brasileiro, ainda que, há muito, diretorias do BC não reconheçam essa propriedade, comportando-se como se o BC fosse território dos bancos privados.

"O almoço e o diálogo com

os membros da diretoria e do conselho do SINAL-SP foram altamente proveitosos. Sem dúvida que, no Banco Central, há funcionários preparados e com grande identificação com o país e seu povo. Isto é muito importante para as mudanças que o Brasil necessita - e para as quais nós caminhamos, inexoravelmente", declarou Carlos Lopes.

O acolhimento dos funcionários ao livro - e ao seu autor - fez mesmo com que os exemplares se esgotassem, mas uma nova quantidade de livros foi providenciada para que os autógrafos continuassem.

RS: Estudantes realizam congressos da UGES e UMESPA: "Ninguém mexe no meio-passe"

Centenas de estudantes estiveram presentes no 59º Congresso da União Gaúcha dos Estudantes (UGES) e no 15º Congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA), que aconteceu na última quinta-feira (26), em Porto Alegre. Foi um dia intenso de debates sobre os rumos da educação e da política no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O presidente da UGES, Marcos Prestes, que dirigiu os trabalhos, ressaltou que a entidade não passou por tarefas fáceis nos últimos anos, "peitar as reformas de Temer e os pacotes do Sartori foram missões árduas nesse período em que o Brasil atravessa a maior crise de sua história com 26 milhões de brasileiros desempregados e no subemprego, com investimentos públicos paralisados por duas décadas e uma reforma do ensino médio imposta aos estudantes com objetivo claro de enfraquecer a educação pública".

"Os desafios são muitos", avaliou a ex-candidata à Presidência, Luciana Genro (PSol), presente no congresso das entidades estudantis. "A força e a combatividade dos nossos jovens são fundamentais no processo de lutas

e transformações do país!", declarou.

O Congresso fez o balanço das atividades realizadas últimos dois anos, com destaque para a manifestação realizada no último 11 de agosto, que reuniu mais de 10 mil jovens na capital gaúcha para denunciar os ataques do prefeito Nelson Marchezan Junior (PSDB) ao meio passe, os atos de denúncia contra elevação da taxa de juros e entrega patrimonial nacional à agiotagem internacional, a coleta de mais de 40 mil assinaturas nas praças para pedir novas eleições, e a ocupação de centenas de escolas para derrotar as medidas de austeridade do governador Jose Ivo Sartori (PMDB).

Na plenária final, os estudantes gaúchos elegeram Gleison Minhos como presidente

da UGES e Vitória Cabreira como presidente da UMESPA, que terá pela frente a defesa do meio-passe estudantil como principal bandeira da entidade.

Vitória convocou os estudantes a lutar pela permanência do meio-passe e denunciar o prefeito de Porto Alegre por atacar esse direito. "Marchezan quer retirar o meio-passe dos estudantes, e sabemos quanto esse direito é importante, dependemos do meio-passe para estudar. Ele é um playboy e quer tirar direito dos estudantes. O Marchezan mentiu na campanha traiu os estudantes, traiu o povo de Porto Alegre, por isso temos que nos mobilizar, ocupar as ruas e praças, a Câmara e a Prefeitura. Nós não podemos aceitar esse retrocesso".



Congresso das entidades reuniu mais de 600 estudantes



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Indecência

Em escandalosa manobra para cooptar parlamentares indecorosos, em troca de favores espúrios, Michel Temer conseguiu barrar a segunda denúncia na Câmara por 251 votos a 239, ou seja, 12 a menos dos conquistados na primeira acusação. Não podemos respeitar um governo chafurdado em acusações. O alto grau de indecência política foi a tônica que norteou, por exemplo, os comentários dos parlamentares Beto Mansur (PRB-SP), Carlos Marun (PMDB-MS) e Dacisio Perondi (PMDB-RS), os quais, sem escrúpulo e respeito ao povo brasileiro, declararam abertamente que a cooptação de parlamentares, em troca de favores, para manter o mandato de Michel Temer, era uma questão fechada e que aqueles que traissem o "acordo" sofreriam punição. Que vergonha! Todos aqueles políticos que denigrem a imagem da nação deveriam ser defenestrados da vida pública. Que organização criminosa política é essa que não respeita o povo brasileiro e tenta blindar elementos travestidos de políticos honrados, mas que não passam de impostores da República? Não podemos mais ser dominados pela macrodelinquência política aqui instalada. O país precisa ser passado a limpo. E essa corja política que blinda Lula, Dilma, Temer, Aécio etc. é a responsável pela continuação da corrupção no Brasil.

Júlio César Cardoso - Balneario Camboriú, SC

Deputado do PT quer que estudante pague custos do ensino superior nas universidades públicas

A Câmara dos Deputados analisa a proposta de emenda à Constituição feita por Andrés Sanchez (PT-SP), permitindo que universidades públicas cobrem "custos com o ensino" de alunos com que possuam condições financeiras (PEC 366/17).

Pela proposta, que altera o princípio da gratuidade do ensino público, somente quem tiver cursado o ensino médio completo em escola pública ou como bolsista integral em colégio particular continuará estudando gratuitamente.

No entendimento do deputado petista, a justificativa para essa proposta é de que "boa parte dos estudantes nas instituições públicas de educação superior detêm os necessários meios econômicos para seu financiamento, ainda que parcial", afirma Andrés Sanchez.

A PEC determina que o pagamento da mensalidade seja proporcional às condições socioeconômicas de cada estudante e ainda prevê a possibilidade de aluno pagar esse custo com prestação de serviços profissionais. Outra justificativa do deputado é que a opção de pagar o curso com serviços fornece ao Estado um "relevante meio para o desenvolvimento de políticas sociais de alocação de profissionais para atendimento a necessidades de regiões mais carentes".

A proposta será analisada, inicialmente, quanto a sua admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Garimpeiros incendiam sedes e veículos de órgãos ambientais no Amazonas

Uma ação de garimpeiros no município de Humaitá (AM), a 675 quilômetros de Manaus, deixou prédios de órgãos ambientais em chamas, viaturas tombadas e casas e carros de servidores danificados, na última sexta-feira (27). A sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram incendiados.

Ninguém ficou ferido, porém servidores dos órgãos ambientais tiveram que buscar abrigo em unidades das Forças Armadas.

Humaitá fica no Sul do Amazonas, uma região onde se acumulam agressões ao Meio Ambiente, que vão desde o desmatamento à extração ilegal de ouro. Na semana passada, Ibama, ICMBio, Marinha, Exército e Força Nacional iniciaram a Operação Ouro Fino, para combater o garimpo no Rio Madeira, uma atividade que se espalha desde Porto Velho (RO) até Novo Aripuanã (AM), centenas de quilômetros rio abaixo.

Para o superintendente do Ibama no Amazonas, José Leland Juvêncio Barros, mílicas organizadas estão por trás do ataque. "É uma região de fronteira agrícola, onde o Ibama tem intensificado a fiscalização", afirma Leland. "Veio gente de fora e financiou isso, para desestabilizar o estado", sustenta.

Segundo o procurador da República Aldo de Campos Costa, aparecem diversas evidências de participação de políticos nos ataques ocorridos na sexta-feira. "Já temos o nome inclusive de alguns agentes públicos envolvidos", afirmou o procurador por telefone. "São vídeos e áudios que populares enviaram tanto para a Polícia Militar quanto para o Ministério Público. Com esses elementos, nós vamos abrir uma investigação formal e, posteriormente, processar e responsabilizar os envolvidos".

O trecho do rio Madeira, no Amazonas, fica localizado perto de uma comunidade onde residem 16 famílias, em uma área que faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Madeira, de 283 mil hectares. Além de sofrerem com a contaminação oriunda da prática de garimpo, os moradores sofrem com o barulho alto dos motores ligados e com o ar repleto de fumaça de óleo diesel. A pesca já foi interrompida. Os danos ambientais são preocupantes, como uma mudança no leito do rio, despejo de derivados de petróleo e o transtorno para a fauna aquática.

Dodge: "Quem pratica trabalho escravo merece penas mais duras e não esse retrocesso"

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em seminário com procuradores no dia 30, voltou a criticar a portaria do governo Temer, que dificulta o combate ao trabalho escravo no Brasil. "A Constituição quer que defendamos a dignidade e a igualdade de todos os brasileiros. Nunca seremos iguais se não formos iguais em dignidade", disse Dodge.

Segundo Raquel Dodge, "não podemos admitir retrocesso no conceito de trabalho escravo porque aquele conceito alcançado nessa portaria está apenas a dizer que a escravidão é uma questão de ofensa a um certo grau da liberdade humana. Ela é muito mais do que isso. A escravidão fere a dignidade humana. E aquela portaria implica em uma mudança de um conceito que está sedimentado em lei e na política pública que vem sendo praticada no país nos últimos 30 anos. É por isso ela representa um claro retrocesso nas nossas instituições", declarou a procuradora no seminário "Impactos da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Fazenda Brasil Verde", realizado na Escola Superior do Ministério Público da União. A Corte Interamericana condenou o Brasil por omissão e negligência no caso de trabalhadores resgatados de uma fazenda no Pará no ano passado.

Dodge defendeu que as penas aplicadas para empregadores que cometem este tipo crime devem ser mais duras. "Uma das críticas que faço à atual disciplina do Código Penal Brasileiro no tocante a esse crime é que a pena mínima é muito baixa. O juiz em geral aplica a pena mínima àqueles que não são reincidentes, o que leva a uma punição que permite a conversão da pena de prisão em uma das penas alternativas - pagamento de cestas básicas, prestação de serviços à comunidade -, algo importante para a reeducação do infrator, mas que é, de todo modo, na minha opinião, desproporcional ao que ele fez a outros seres humanos", explicou a procuradora.

Para Dodge, "o que o agente deste crime faz é transformar aquela pessoa em um objeto, alguém que satisfaça seus interesses, e o seu interesse não é apenas cercar a sua liberdade, é usar aquela pessoa para uma finalidade que satisfaça o interesse desse agente. Transforma aquela pessoa em um objeto à semelhança do que fazemos no exercício do direito de propriedade", completou.

Warley da Cobap recebe título de cidadão natalense

A cidade de Natal irá agraciar o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionista e Idosos (COBAP), Warley Martins Gonçalves, com o título de cidadão natalense, no próximo dia 8 de dezembro, em sessão solemne na Câmara Municipal de Natal. A proposta de homenagear o presidente da COBAP é de autoria do vereador Antonio Franco de Aquino Neto (PEN). A concessão do título foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares da Casa Legislativa Municipal. Para o diretor da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Norte (FESAPI/RN), Silberto Silva, a homenagem é uma "forma simbólica de emoldurar a luta cotidiana do companheiro Warley. Vamos lotar o auditório para abraçar o novo filho de Natal", disse Silberto.



A homenagem será realizada em sessão solene na Câmara Municipal de Natal. A proposta de homenagear o presidente da COBAP é de autoria do vereador Antonio Franco de Aquino Neto (PEN). A concessão do título foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares da Casa Legislativa Municipal. Para o diretor da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Norte (FESAPI/RN), Silberto Silva, a homenagem é uma "forma simbólica de emoldurar a luta cotidiana do companheiro Warley. Vamos lotar o auditório para abraçar o novo filho de Natal", disse Silberto.

HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE

Cruzeiro segura ascensão do Palmeiras rumo ao topo

Em partida eletrizante, Palmeiras e Cruzeiro empataram em 2 a 2, em São Paulo, resultado que dá uma força para o Corinthians (59 pontos), que ficou com cinco pontos a mais que o Verdão na corrida pelo título. O Timão continuará na liderança independentemente do resultado do próximo domingo contra o próprio Palmeiras. Se o Palestra tivesse vencido o Cruzeiro, teria condição de assumir a ponta no Dérbi em caso de nova vitória. A Raposa, já classificada para a Libertadores, subiu para quinta posição.

Agora prestigiado pelo técnico interino Alberto Valentim, o atacante colombiano Borja (2) marcou para o Palmeiras e Juninho (contra) e Robinho anotaram para o Cruzeiro.

E o Corinthians segue em sua queda de rendimento no segundo turno, sendo derrotado mais uma vez, agora para a Ponte Preta, por 1 a 0, no Moisés Lucarelli. Lucca, atleta da equipe do Parque São Jorge emprestado à Macaca, marcou de cabeça. Mas o destaque da partida foi o goleiro Aranha, que fechou o gol e garantiu a vitória do time de Campinas. Mesmo com a derrota, o Timão segue na liderança, que está ameaçada, do Brasileiro.

No Pacaembu, o São Paulo bateu o Santos por 2 a 1, com gols de Marcos Guilherme e Cueva, descontando Alison, também com um belo gol. O resultado, além de fazer o Tricolor subir na tabela (11ª colocação), deu uma ajuda ao Timão, ao segurar o Santos (3ª posição).

Coritiba e Sport protagonizaram a partida com o maior número de gols na 31ª rodada: sete, com o Coxa saindo vitorioso por 4 a 3. Werley, Henrique Almeida, Jonas e Yan Sasse marcaram a equipe paranaense e Diego Souza (2), que ainda perdeu dois pênaltis, e André, para o Leão. Por critério de desempate, ambos ficaram fora da zona de rebaixamento.

Governo rompe acordo e adia reajuste de servidor para 2019



Servidores prometem parar o país no dia 10, Dia Nacional de Mobilização

MP de Temer reduz previsão para salário mínimo, passando de R\$ 969 para R\$ 965

O governo anunciou nesta segunda-feira, 30, que irá reduzir novamente a previsão para o salário mínimo de 2018, passando de R\$ 969 para R\$ 965.

Esta é a segunda vez que há uma redução no Salário Mínimo. Em agosto, o valor estava em R\$ 979 e passou para R\$ 969. Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 937.

Com isso, já são R\$ 14 tirados do bolso do trabalhador e de pensionistas do INSS por mês, enquanto a qualidade dos serviços públicos vem se deteriorando cada vez mais - especialmente após a emenda do corte de gastos, que prevê o congelamento nos investimentos públicos pelos próximos 20 anos, ou o crescente ataque aos funcionários públicos (ver matéria nesta página). Segundo o informe do ministro do Planejam-



Com salário mínimo menos, poder de compra cai

to, Dyogo Oliveira, a queda no salário mínimo ocorreu porque a projeção para inflação em 2017 caiu. A inflação é somada ao PIB de dois anos antes para obter-se o valor do mínimo. No entanto, com anos seguidos de recessão, fica claro como essa política não permite ao país superar a crise, uma vez que quando as pessoas mais precisam do aumento

nos salários, ele acaba justamente diminuindo.

A verdade é que o governo apenas busca novas formas de gastar menos com o povo, e mais com os bancos: durante a divulgação do novo valor, o ministro apontou que a expectativa do Ministério do Planejamento é de "economizar" R\$ 1,2 bilhão com a revisão do salário mínimo para baixo.

Artigo do Sindifisco: "Lei do Refis é um brinde à sonegação e um desrespeito à sociedade"

"Está sacramentado. O mau contribuinte, o sonegador contumaz, o empresário inadimplente e corrupto podem comemorar mais uma vitória sobre aqueles que se pautam pela honestidade e pela legalidade. Governo e Congresso enlaçaram o pacote de benesses que será entregue aos maus pagadores de impostos como prêmio pelo ato de sonegar. O novo Refis foi apresentado, na forma da Lei 13.496/17, na edição de quarta-feira (25/10) do Diário Oficial da União.

A essência do texto é aquela da MP 783/17 encaminhada em junho ao Congresso Nacional, sob o pretexto de injetar R\$ 6 bilhões na economia, até 2020, por meio do pagamento de dívidas fiscais em condições super favoráveis aos devedores. A versão final, porém, tratou de adicionar ao prato o tempero da classe política, notavelmente propensa a saciar os próprios interesses. Numa casa repleta de ilustres representantes do grande empresariado, o que era "bom" ficou ainda melhor.

No Refis mais vantajoso de todos, os congressistas conseguiram aumentar os percentuais sobre o perdão de multas e reduzir os valores de "entrada" para o parcelamento de débitos tributários de pessoas físicas e jurídicas diante da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria Geral da União. Quem aderir ao novo Refis - denominado PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) pela MP - poderá pagar os tributos atrasados, em até 175 parcelas, com abatimento de 100% dos encargos legais (incluindo honorários advocatícios) e de até 90%

dos juros e 70% das multas.

Para quem deve menos de R\$ 15 milhões, o programa oferece um pagamento inicial irrisório, de 5% da dívida, para adesão ao financiamento de longo prazo; também permite a utilização ilimitada da base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido) e de prejuízo fiscal de exercícios anteriores. O artigo que excluía do Refis as dívidas provenientes de sonegação, fraude e conluio foi jogado no lixo pelos congressistas.

O pacote de bondades também assegura o perdão de dívidas - mesmo as que são objeto de Refis anteriores - e futura isenção tributária para entidades religiosas e instituições de ensino sem fins lucrativos. E, como se não bastasse, a Lei 13.496/17 ainda contempla contribuintes que já aderiam a outros Refis, mas não honraram o compromisso e perderam o benefício. "Sonegou novamente? Pague agora com um bom desconto", oferece o texto nas entrelinhas, numa deplorável apologia à cultura da sonegação.

Desde a edição da MP, o Sindifisco Nacional tem combatido frontal e veementemente esse novo instrumento de distorção fiscal, a exemplo da postura que adotou diante de outros programas de refinanciamento tributário. A entidade acredita e defende que o caminho para a solução dos problemas econômicos do país deve ser trilhado, impreterivelmente, à luz da legalidade e da integridade. Benefícios são devidos a quem merece ou necessita. O cidadão de bem, o bom contribuinte, é quem deve ser incentivado por sua conduta.

Como pode um governo entoar, aos quatro cantos, um discurso enflorado de

austeridade em prol do equilíbrio fiscal, penalizando a classe trabalhadora e os servidores, enquanto oferta benefícios à classe política e aos donos do capital, gerando sérios prejuízos aos cofres públicos? O modelo de refinanciamento do Refis não injeta recursos na economia. Ao contrário, retira.

A fragilização das leis tributárias - e de suas punições - são a via de escape para inadimplentes e sonegadores. E nada como a sensação de impunidade para favorecer práticas ilícitas. Quando a Classe política, por suas próprias mãos, demonstra que o "crime compensa", o resultado não pode ser outro se não o aumento da inadimplência e da sonegação.

A edição do novo Refis desrespeita a atividade fiscalizatória da RFB e traz graves prejuízos à Administração Tributária. E medida reprovável, que afronta o Princípio da Isonomia, causa distorção na concorrência econômica - ao conceder vantagem competitiva aos sonegadores - e, indiretamente, favorece a prática de crimes financeiros e da corrupção, tão abominados e rechaçados pela sociedade brasileira.

É tempo de o país abandonar os velhos hábitos que corrompem as estruturas éticas e esvaziam recursos destinados ao bem público. Os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil não se calarão diante de mais esse escândalo protagonizado pela classe política. A categoria continuará lutando e denunciando as forças que tentam contra a legalidade fiscal e o equilíbrio tributário.

*Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Servidores também terão as alíquotas da Previdência elevadas de 11% para 14%

O presidente Michel Temer assinou duas medidas provisórias (MP's) que atacam diretamente os servidores públicos do país: uma estabelece o adiamento do reajuste dos servidores que acontecerá em 2018 para 2019, e a outra é a elevação da alíquota previdenciária para servidores que ganham mais que o teto do INSS (R\$ 5.531,31), de 11% para 14%.

A medida rompe com acordo firmado com o funcionalismo, que previa os reajustes em janeiro do ano que vem, com aprovação do Congresso Nacional. Com essa alteração, categorias de servidores entre eles, os funcionários de carreiras típicas de estado ficarão com os salários congelados.

A medida ocorre ao mesmo tempo em que o governo tenta abocanhar o dinheiro da Previdência, desviando as aposentadorias de milhões de brasileiros para outros fins, com a chamada "reforma" da Previdência. O pacote anti-povo do governo inclui ainda o fim de direito trabalhistas, redução da previsão de aumento para o salários mínimo (ler matéria nesta página) e a liberação do trabalho escravo no país.

Medidas essas que tem o mesmo objetivo: afundar o país no abismo, sugando tudo o que for possível daqueles que mais trabalham e beneficiar os representantes do capital financeiro, ou agrandar deputados corruptos com moedas de troca para livrar Temer e seus comparsas de graves acusações.

Para o Fonasef (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), o plano do governo é "retirar direitos dos servidores públicos e intensificar o desmonte dos serviços públicos, facilitando a privatização e mercantilização de setores como Saúde, Educação e Segurança Pública". A entidade também critica outras medidas do governo que atacam o funcionalis-

mo, como o projeto 116/17, que põe fim à estabilidade dos servidores e a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que impõe o teto de investimentos no setor público pelos próximos vinte anos.

Por isso, a entidade convoca os trabalhadores para uma grande mobilização no dia 10 de novembro, data em que metalúrgicos de todo o país também estarão mobilizados contra os ataques do governo. O Fórum conclama os servidores a construir o 10/11 "para parar o Brasil e chama à unidade de todas as entidades, instituições, movimentos e sociedade, especialmente as Centrais Sindicais à tomada de frente deste movimento de unificação para a realização de uma nova e combativa greve geral em defesa dos serviços públicos, contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista e da lei da terceirização", defende a entidade.

Segundo as declarações do Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a estimativa é que o aumento da alíquota tenha impacto de R\$ 2,2 bilhões - ou seja, vão sugar R\$ 2,2 bilhões do bolso dos servidores, enquanto perdoam dívidas bilionárias através do Refis, ou ampliam a entrega do patrimônio público com as privatizações.

"Não há possibilidades de se assegurar serviços públicos essenciais a que a população brasileira tem direito sem garantir que investimentos no setor aconteçam. (...) Juntas, essas mudanças fatalmente vão provocar o aumento da desigualdade social no Brasil, tão prejudicial para qualquer sociedade. Este é um dos principais reflexos que será provocado com a retirada de direitos embutidos tanto na EC 95/16, quanto nas reformas trabalhista e da Previdência. Some-se a isso a entrega acelerada ao mercado especulativo internacional de setores essenciais e estratégicos", ressaltou o Fórum.



Dirigentes sindicais debateram ações em reunião

Metalúrgicos farão convocação em massa para mobilização do dia 10

Na última segunda-feira, 30, dirigentes de centrais sindicais e entidades que representam trabalhadores metalúrgicos definiram novas ações para intensificar a mobilização da categoria para o Dia Nacional de Luta, Paralisações e Manifestações contra a perda de direitos e as reformas do governo federal que será realizado no dia 10 de novembro.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, a mobilização será estendida durante os dias que antecede o ato. "Vamos fazer uma grande convocação em locais de grande circulação de pessoas, como estações de trem, metrô, terminais de ônibus, feiras livres, portas de fábrica e também nas redes sociais. Vamos jogar pesado na divulgação do dia nacional de luta e convocar outras categorias", disse Torres.

vada uma nota de apoio à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que de acordo com o movimento "que vem sendo duramente criticada por causa do seu posicionamento contra a aplicação da lei trabalhista da forma como foi aprovada no Congresso Nacional".

CHERY

Os metalúrgicos da Chery encerrarão na segunda-feira (30), em Jacareí, a greve da categoria pela renovação de direitos e contra a reforma trabalhista. Com a mobilização, os funcionários garantirão a proposta de acordo coletivo (ACT) apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região que garante a reposição da inflação (1,73%) e a renovação de todos os direitos. Os metalúrgicos também conseguiram barrar a ampliação da terceirização na fábrica.

Pacotão de Macri prevê ataque a Previdência e direitos trabalhistas



Para Macri, leis que garantem direitos trabalhistas geram “excesso de litígio”

Comissão Interamericana de Direitos Humanos condena ‘reformas’ de Temer e seu “impacto desproporcional” sobre os mais pobres

“As reformas trabalhista e previdenciária - e a redução do gasto social - poderão ter um impacto desproporcional sobre os setores mais pobres, em particular em relação a seus direitos econômicos, sociais e culturais”, afirma em nota pública a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), reunida em Montevidéu entre os dias 23 e 27 de outubro.

Na oportunidade vieram à tona outras “informações preocupantes” sobre a situação de direitos humanos no Brasil. “Na audiência sobre a insegurança cidadã, foi informado “sobre a grave situação

de vulnerabilidade dos habitantes das favelas no Rio de Janeiro, o uso desproporcional da força policial e o registro de centenas de pessoas que haviam sido assassinadas por forças estatais no transcurso do ano”.

Da mesma forma, “se recebeu uma informação preocupante sobre os obstáculos no acesso à terra por parte de comunidades afrodescendentes; a situação dos direitos humanos dos povos indígenas e o impacto sobre os direitos econômicos e sociais da reforma trabalhista e da terceirização que têm lugar no país”.

Em relação aos afrodescendentes e aos povos indígenas, lembra a CIDH,

“persistem situações de inequidade, desigualdade, exclusão e violência”. A Comissão manifesta ainda sua preocupação ante uma “séria regressão em matéria de direitos humanos” durante a reação popular de repúdio às reformas trabalhista e previdenciária, assim como em relação ao conflito de terras.

Além disso, “a CIDH expressa sua preocupação ante à repressão destes protestos pelas forças de segurança, mediante um uso excessivo da força”, o que resultou em “lesões contra manifestantes e jornalistas, impondo obstáculos ao exercício do direito ao protesto e à liberdade de expressão em geral”.

Porto Rico: empresa ligada a doadores à campanha de Trump é flagrada ao açambarcar contrato milionário depois do furacão

Passaram-se seis semanas desde que o furacão Maria arrasou Porto Rico, e a vida na ilha ainda não se recompôs. Foram chuvas torrenciais, rios e reservatórios transbordados, árvores voando, 100% das casas sem energia. E hoje, ao menos 80% do território continua sem eletricidade, e aproximadamente uma quarta parte da ilha carece de água potável.

Em um quadro de desastre como esse, uma insignificante empresa de Montana, Whitefish Energy, que tem dois anos de existência e tinha dois empregados quando o furacão bateu na região, obteve um contrato de 300

milhões de dólares com a Autoridade de Energia Elétrica de Porto Rico, conhecida como PREPA, para restaurar a rede elétrica destruída da ilha.

CRÍTICAS

As críticas sobre essa decisão foram muitas e se multiplicaram quando veio à tona que a principal virtude da Whitefish Energy é o respaldo da empresa HBC Investments, cujo fundador doou milhares de dólares para a campanha eleitoral primária de Trump, e ainda mais ao Trump Victory PAC durante as eleições gerais.

O governador de Porto

Rico, Ricardo Rossello, cancelou no domingo o contrato com a Whitefish depois de inúmeros questionamentos e que a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (Fema, na sigla em inglês) disse que tem “preocupações significativas” com o acordo.

Aos jornalistas, Rossello assinalou ainda que instruiu a direção da Autoridade de Energia Elétrica de Porto Rico (Prepa) a “coordenar-se imediatamente com os estados da Flórida e de Nova Iorque para reforçar as brigadas” que estão tentando repor o sistema elétrico de Porto Rico desde o furacão.

Negociações de paz sobre a Síria são retomadas em Astana com a participação da Rússia, Irã e Turquia

A 7ª rodada de negociações de Astana (capital do Cazaquistão) pelo fim do conflito na Síria, aconteceu entre os dias 29 e 31. A cada rodada houve pequenos, mas significativos avanços que corresponderam às vitórias militares sobre mercenários recrutados, treinados, armados e financiados pelos Estados Unidos, Arábia Saudita, Qatar.

Um dos principais avanços nas negociações foi obtido com a concordância de vários destes grupos em participar dos encontros. Os principais exceções são os cortadores de cabeças do Daesh (que se autodenominam Estado Islâmico) e dos comedores de fígado de adversários, Jabhar Al Nusra. Estes últimos sofreram fragorosa derrota em Aleppo e os do Daesh foram derrotados pelo Exército Sírio em Deir Ezzor e desalojados de seu centro de operações, Raqqa, debaixo de um bombardeio indiscriminado norte-americano que se configurou em uma tragédia humanitária, matou mais de 3 mil sírios e desalojou 350 mil de seus lares.

Na 6ª rodada, ocorrida em setembro, os ‘oposito-

res armados’ concordaram em estabelecer cessar-fogo com o exército sírio em quatro regiões nas quais ainda detém algum nível de entrincheiramento e que foram denominadas zonas de desescalada.

A distensão com estas forças permitiu a concentração do fogo sobre os maiores e mais destrutivos bandos, o que levou a vitórias importantes em Hama, Sweida, Gouta Oriental (das ocupadas pelos mercenários, a mais próxima a Damasco), a retomada da histórica Palmira, além das já citadas Aleppo e Deir Ezzor. A distensão também possibilitou o início do retorno dos sírios que se refugiaram nos países vizinhos (Libano, Turquia e Jordânia) a seus lares. Desde setembro já voltaram 660 mil.

No último dia da rodada mais recente em Astana participaram de uma reunião plenária, além da delegação síria, representantes dos grupos opositores, e os três países que foram fiadores do cessar-fogo estabelecido na 6ª rodada: Rússia, Irã e Turquia.

Das negociações também participaram, na qua-

lidade de observadores, representantes dos Estados Unidos, Jordânia e ONU.

Na 7ª rodada as negociações serviram para avaliar o andamento e as quebras do cessar-fogo, e a criação de um grupo de trabalho para tramitar a libertação de prisioneiros e reféns, a entrega dos corpos de soldados caídos em combate e a busca de desaparecidos, além das discussões sobre os avanços para uma solução política que preserve a independência, integralidade e soberania síria sobre o território nacional.

O chefe da delegação russa, Aleksander Lavrentiev, celebrou o fato de que “em geral os maiores objetivos da operação militar russa na Síria já estão quase alcançados” e que, acrescentou, “até o final do ano esperamos que as forças governamentais sírias tenham restaurado o controle sobre a fronteira leste e que o Daesh não mais exista enquanto estrutura militar organizada”. A fronteira leste é a que fica próxima as cidades de Deir Ezzor, Raqqa e Hasaka, região onde até há pouco estava sobre o domínio dos terroristas do Daesh.

Inglaterra: 36 deputados da base de May são acusados de abuso sexual

Trinta e seis deputados do partido conservador inglês, da base do governo da premiê Theresa May, foram acusados por má conduta contra mulheres, incluindo abuso sexual. O escândalo levou a deputada e líder do partido conservador, Andrea Leadsom, a solicitar uma “equipe de apoio” para ajudar na apuração das acusações de assédio em Westminster, ainda na segunda-feira (30), quando a notícia veio a público.

A lista com os nomes dos 36 deputados acusados por assédio contra mulheres foi revelada pelo blog “Guido Fawkes”. Uma planilha retrata desde abuso contra mulheres menores de idade a envolvimento com prostitutas. Entre os deputados, 18 foram acusados por comportamento sexual inapropriado, 2 por assédio contra mulheres, 12 por abuso contra funcionárias do sexo feminino, e outros 4 por abuso contra funcionários do sexo masculino.

O “dossiê” veio à tona pouco depois do deputado Mark Garnier, ministro para o Comércio Internacional, admitir que fez sua secretária comprar “brinquedos sexuais” - um para sua esposa e outro para uma assistente de seu escritório eleitoral. Na mesma ocasião, ele admitiu chamar sua secretária de “sugar tits”, algo como “tetãs de açúcar”.

Ao saber dos escândalos, o presidente da Câmara dos Comuns pelo partido conservador, John Bercow, chega a reconhecer a existência da “cultura do assédio sexual em Westminster” e disse que isso é “perturbador”. Leadsom também anunciou que o Parlamento deve agir rápido e que o Gabinete do Governo está “investigando” em caráter de “urgência” os relatórios envolvendo denúncias de má conduta contra o código ministerial.

Um dos deputados implicados nos escândalos, Stephen Crabb, admitiu o envolvimento e confirmou o envio de mensagens “explícitas” a uma mulher de 19 anos, entrevistada por ele para uma vaga de emprego no ano de 2013, quando era ministro. “Disse algumas coisas muito escandalosas” para a moça, declarou.

Catalunha tem autonomia suspensa e são convocadas para dezembro eleições para o parlamento regional

A presidente da Generalitat, o parlamento catalão, Carme Forcadell, acatou a decisão do governo da Espanha que, no dia 28, destituiu o parlamento, suspendeu a autonomia da região e convocou eleições antecipadas para a região em 21 de dezembro, mas repudiou a “aplicação frontal do artigo 155”, que permite ao governo central, com aprovação do Senado, a suspensão da autonomia de regiões sediciosas.

O presidente da Catalunha, cuja independência durou poucas horas, Carles Puigdemont, acusado pelo governo de Mariano Rajoy de “sedição e rebelião”, apareceu em Bruxelas e disse que não queria pedir asilo político mas que só voltaria à Espanha sob “garantias judiciais”.

PARLAMENTO FECHADO

Não apenas Puigdemont, mas a mesa do Parlamento, pode ser indiciada por um delito que está previsto no Código Penal espanhol e que pode fazer os condenados pagarem com até 30 anos de prisão.

Na Espanha, são tradicionais os movimentos autonomistas principalmente no País Basco e na Catalunha, o país conseguiu uma unidade acordada após a ditadura franquista, mas o separatismo ganhou força depois da quebra de 2008, que baqueou a economia espanhola, e da posterior submissão aos ditames de arrocho impostos pela Troika (BC da Europa, União Europeia e FMI), que apesar das promessas de “recuperação com equilíbrio”, manteve a economia do país em depressão, oscilando em patamares de 70% a 75% do PIB de 2008, com um dos maiores índices de desemprego entre os países da Zona do Euro, acima de 20% de acordo com dados oficiais.

As atitudes dos dirigentes do separatismo catalão, bem como suas propostas e postura política mostram que estes não visualizam uma ruptura com o sistema opressor de povos europeus. Não consta no programa e intervenções dos separatistas nenhum tipo de protesto contra as medidas de Rajoy,

longe disso, basta ver que o presidente de curta temporada catalão, ao promover entrevista coletiva da cidade onde se abrigou em fuga da prisão espanhola, Bruxelas, capital da União Europeia, pediu à mesma UE que centraliza a opressão econômica sobre os espanhóis em favor dos bancos e corporações norte-americanas e subsidiárias alemãs. “faça algo” contra o regime espanhol que “só conhece a linguagem da força”. Além disso, as “garantias” que Puigdemont pediu são “nos marcos da União Europeia”.

Tudo mostra que ele quer seguir exercendo o capachismo que Rajoy já exerce, mas sem a intermediação do atual presidente da Espanha.

Aliás, o Senado levou 45 minutos para aprovar a aplicação do artigo 155 da Constituição espanhola, por 214 votos a favor, 47 contra e uma abstenção.

Também, no domingo, houve a segunda onda de manifestações nas cidades catalãs contra a separação, nesta última, foram computados 300 mil nas ruas de Barcelona contra a separação. O que mostra que a ideia da independência da região divide o povo local, no referendo de 1º de outubro, apesar do apregoado na mídia de 90,9% a favor da separação, em um clima de violenta repressão policial, pouco mais de 40% compareceram às urnas.

Afinal, não se pode deixar de reconhecer o direito dos povos catalão e basco à autonomia, como de resto a todos os povos ou etnias em seus espaços territoriais, mas como, aliás, demonstraram as duas recentes manifestações pela unidade espanhola, grande parcela das populações destas regiões entendem que a separação não é boa para a Espanha, nem para a Catalunha. Fazer uma separação forjada a ferro e fogo, com tanques e caças norte-americanos atacando a capital do país, como fizeram na Iugoslávia, não interessa ao povo espanhol como um todo ou a qualquer de suas etnias.

NATHANIEL BRAIA

Aproveitou a presença de uma comitiva do FMI para anunciar um pacote de medidas de arrocho que incluirá também mais impostos e corte nos investimentos e programas sociais

O presidente argentino, Mauricio Macri anunciou, na segunda-feira, 30, um pacote de reformas em matéria trabalhista, tributária, da previdência, e para completar o cardápio crítico do tamanho do Estado, a quantidade de obras sociais e os sindicatos. O cenário que montou para apresentar as medidas já apontava o rumo que Macri pretende dar ao país no próximo período.

FMI

Diante de uma comitiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chegou a Buenos Aires para fazer uma auditoria na economia argentina, numa sala cheia de empresários e funcionários do governo, disse: “Acredito na necessidade de pensar uma agenda de reforma permanente”. E, logo depois, recitou os já manjados “eixos centrais da reforma, o da responsabilidade fiscal, o do emprego e o da República e a qualidade institucional”.

Sem entrar em muitos detalhes, sem nenhuma novidade, a não ser a o aprofundamento do arrocho sobre os argentinos, Macri definiu que a responsabilidade fiscal, a inflação e os impostos comporão o primeiro pacote de reformas. Monitorado pelo chefe da delegação do FMI, Roberto Cardarelli, repetiu que “não podemos gastar mais do que arrecadamos e isso o digo para todos os níveis do Estado. Temos que continuar baixando a inflação e reduzir a carga tributária”.

A proposta que expressou foi repassar menos recursos às províncias que já estão no vermelho desde o início de sua gestão. “Necessitamos menos impostos e mais obras e tudo com equilíbrio fiscal”, declarou, sem explicar como faria isso.

“Não gostamos de nos envidiar, mas também não de nos mentir”, assinalou Macri, jogando a culpa do problema na herança da gestão anterior, de Cristina Kirchner, insistindo que recebeu “um Estado com um déficit alto e insustentável”. O atual governo desde o seu início (em dezembro de 2015) e até 2018 terá emitido bônus de dívida externa por 125 bilhões de dólares, como lembrou o jornal Página 12, em sua edição de segunda-feira.

Chamando repetidamente à diminuição do gasto público, Macri defendeu a linha ‘ortodoxa’ econômica que aponta a emissão monetária como a única fonte de geração de inflação. “A inflação é resultado de uma má política e a estamos diminuindo. A deste ano será a mais baixa desde 2009”, indicou Macri, sem mencionar os números recordes de inflação registrados em 2016. O Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec), semelhante ao nosso IBGE, determinou que em 2016 a inflação foi de 40,9%, sendo o nível mais elevado desde 2002.

O presidente considerou que os impostos na Argentina são “demasiado altos com uma distribuição muito pouco equitativa, um sistema complicado e confuso” e criticou enfaticamente a evasão fiscal como sendo “a pior distorção”. Só esqueceu que a evasão e os escândalos que envolvem

sua família já viraram públicos, amplamente conhecidos no país e no exterior. O Grupo Macri, sua família, tem 50 empresas distribuídas em paraísos fiscais no mundo todo: Panamá, Hong Kong, Bahamas, Londres, Belize, Dubai, Brithish Island, Grand Cayman e Flórida, além de uma conta aberta em Nova Iorque em nome do presidente. A denúncia é de advogados constitucionalistas liderados por Eduardo Barcesat, de um grupo de jornalistas de grandes jornais como o repórter do jornal La Nación, Hugo Alconada Mon, e publicada na mídia argentina.

ABUSOS

No capítulo referente às reformas trabalhistas que Macri divulgou, os pontos são similares às reformas de arrocho preparadas pelo governo Temer. Modificar e ‘flexibilizar’ as leis trabalhistas, implantando formas de contratação sem regulamentação como trabalhos temporários ou por produção, sem registro em carteira; limitação da possibilidade dos trabalhadores abrirem processos por denúncia de acidentes de trabalho e outros abusos. Tudo isso chamando o direito de defesa de “excesso de litigiosidade trabalhista”. Nessa, como nas outras medidas que estão na pauta, Macri não entrou em detalhes sobre o conteúdo das reformas.

Sobre a Reforma da Previdência também falou generalidades e deixou entrever que as intenções do governo são desmontar o atual sistema. “Temos que iniciar uma conversa adulta e honesta sobre o sistema de aposentadorias e pensões”, disse e prometeu que continuará “sendo universal, público, solidário e de distribuição”, sem mais informações além da convocatória de uma comissão de especialistas que será “encarregada de preparar uma reforma previdenciária para que em seu momento o Congresso a trate”.

Ao se referir ao eixo do fortalecimento institucional, Macri se deteve na Justiça, sua estrutura e seu funcionamento. O ajuste no setor é um de seus objetivos mais prezosos. Criticou a quantidade de funcionários, os ‘altos salários’ e as extensas licenças e férias que gozam os trabalhadores do Sistema Judiciário. “Funcionários de todos os governos conseguem emplacar amigos, parentes e militantes de suas agrupações”, declarou o presidente sobre os diferentes âmbitos do Judiciário.

“Que bom seria se a Justiça desse o exemplo e eliminasse algumas de suas licenças”, apontou Macri, também esquecendo que em agosto passado circulou no país a informação de que ele acumulou 70 dias de férias em um ano e oito meses de gestão.

Logo depois, questionou as universidades, as obras sociais e os sindicatos. “Não pode ser que haja mais de três mil sindicatos na Argentina e que só 600 assinem acordos”, criticou.

“Temos que traçar uma linha de austeridade para o que vem pela frente”, concluiu Macri, assinalando um novo período de achatamento.

SUSANA SANTOS

Russofobia é fachada para guerra de ganges entre Hillary e Trump

Desigualdade salarial na França faz a mulher receber em média 19% menos

As desigualdades salariais entre homens e mulheres na França têm um custo enorme para as empresas e a sociedade francesas. Segundo um estudo realizado pela Fundação Concorde, uma fundação privada independente, publicado pelo Le Figaro, as perdas anuais chegam a 62 milhões de euros.

Economistas da Fundação Concorde afirmam que uma aplicação rigorosa da lei de igualdade salarial teria efeitos positivos para a economia francesa com o aumento da taxa de valor agregado (IVA), a alta das receitas fiscais, aumento das contribuições sociais e patronais que poderia gerar um ganho de receitas pelo Estado de 33,7 milhões de euros. Em cinco anos, o rendimento fiscal adicional para o governo poderia ser alavancado em 168,74 bilhões de euros.

“Essa alavanca permitiria pensar em novas reformas para levantar os grilhões que pesam sobre empresas e investimentos”, explicam ao Figaro Erwann Tison e Clélia Aucouturier, co-autores do estudo. E prosseguem: “Deve haver uma consciência por parte das empresas. Todos podem ser um vencedor. Entre as possíveis reformas com estes ganhos orçamentários se poderia reduzir totalmente os déficits dos diferentes regimes de pensões, poderia ser garantida a segurança social e o seguro desemprego ou uma queda de 3 pontos de IVA, ou uma redução de 40% no imposto de renda...”

A Fundação calcula também que a eliminação das desigualdades salariais levaria a um aumento de 6,66 bilhões de euros em poupança e um aumento no consumo de 21,98 bilhões de euros, o que poderia ajudar muito no aquecimento da combalida economia francesa.

E a equidade salarial entre homens e mulheres é uma questão de interesse público que tem a ver com o desenvolvimento econômico e a igualdade de direitos entre os cidadãos e que tem sido reivindicada há décadas por trabalhadores homens e mulheres, pelo movimento sindical e pelo movimento de mulheres. Mas a evolução tem sido lenta. Na França três leis (2006, 2012, 2014) foram promulgadas em favor da igualdade de remuneração nos últimos dez anos. Ainda assim um relatório recente do Fórum Econômico Mundial aponta que no ritmo em que as coisas andam hoje somente no ano de 2.186, portanto daqui a 170 anos, essa igualdade seria atingida.

A opinião pública também abordou o tema em vários países com campanhas de sensibilização importantes, modernas e inovadoras. Várias iniciativas ocorreram para denunciar a desigualdade e a discriminação no trabalho. Em outubro de 2016, na Islândia, milhares de mulheres pararam de trabalhar precisamente às 14h38, deixando de trabalhar o percentual de horas de trabalho corresponde ao não recebimento do salário tal qual os homens. Já em 2010, um evento similar foi organizado também na Islândia, que começou três minutos antes. Na França, o coletivo “Les Glorieuses” convidou os funcionários a parar o trabalho em 7 de novembro de 2016 às 16h34. Este mesmo coletivo também pede para parar o trabalho em 3 de novembro deste ano, quatro dias antes do ano passado.

No Reino Unido a partir de abril desse ano as empresas com mais de 250 funcionários estão obrigadas a tornar públicos os salários médios recebidos por homens e mulheres, bem como a distribuição por sexo e por nível salarial de seus funcionários.

Apesar do debate, de pequenas mudanças nas leis e da organização de greves e protestos, nada muda: a diferença salarial entre homens e mulheres continua 19% em média de acordo com o Observatório das desigualdades na França. Entre os que têm cargos executivos a diferença é de 26,3% e entre os funcionários 9,3%. Em média, quando um gerente recebe um salário líquido mensal de 4.380 euros, uma mulher executiva receberá apenas 3.469 euros. ROSANITA CAMPOS



Yukiya Amano foi a Teerã como diretor da Agência Internacional de Energia Atômica

Chefe da AIEA reafirma: Irã cumpre todo o Acordo Nuclear

O chefe da AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica, Yukiya Amano, afirmou hoje em Teerã que o “Irã está cumprindo seus compromissos estipulados no acordo nuclear internacional de 2015. Desde janeiro de 2016 a AIEA está monitorando os compromissos nucleares assumidos pelo Irã nos marcos do Acordo Nuclear também conhecido como Plano Ação Integral Conjunto (PAIC) e tem levado a cabo revisões de verificação”, sublinhou.

“A Agência acredita que o PAIC é uma conquista importante para a verificação e poderia asseverar que os compromissos assumidos pelo Irã estão sendo implementados”, de-

clarou o chefe da AIEA em uma conferência de imprensa junto ao chefe nuclear do Irã, Ali Akbar Salehi, publicado pela Press TV e pela Agência Xinhua neste domingo (29).

A Agência Internacional de Energia Atômica é a agência da ONU encarregada de monitorar o cumprimento do acordo pelo Irã. Até o momento a Agência já fez oito monitoramentos e apresentou 8 informes à ONU e aos países-membros do acordo com o Irã. Em todos eles foi verificado o cumprimento do acordo por parte do Irã. “Em nenhum momento os inspetores da AIEA enfrentaram qualquer problema em seus trabalhos de verificação”, afirmou também Yukiya Amano. R.C.



Após pagar fiança de US\$ 10 milhões, John Manafort ficou em prisão domiciliar

Philippe Martinez, da CGT francesa: “reforma de Macron é para impor regressão social sem limites”

“O pior aspecto das reformas neoliberais, que precisam ser barradas, é o dumping social, pois significam precarização e retrocesso. Na França, o atentado perpetrado pelo presidente Macron contra a legislação trabalhista é para que não haja limites à regressão social que querem impor, já que uma vez sem emprego, se aceita menos que o vizinho”, afirmou o secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, Philippe Martinez, em visita ao Brasil nesta segunda-feira.

De acordo com Philippe, “agindo em função do interesse das multinacionais, os governos dos nossos países agem para nos distanciar, buscando sempre culpabilizar os trabalhadores, dizendo que há muitas leis, que eles são muito bem pagos”. Na prática é sempre a mesma história, alertou: “as multinacionais ficam todo o tempo tentando colocar a sua política no governo, tratando de diminuir o custo do trabalho baixando os salários, ameaçando que se não reduzirem, outros vão reduzir”.

Conforme o líder da CGT francesa, é como uma espiral descendente, que só amplia a concentração de renda e a desigualdade. “Há 25 anos os franceses eram comparados aos espanhóis, hoje os espanhóis são comparados aos romenos, os romenos aos eslovenos, os eslovenos aos marroquinos, visando sempre puxar mais pra baixo, valorizando quem trabalha por menos e em piores condições”. Que este caminho não leva a lugar nenhum está mais do que provado e os exemplos são abundantes, assinalou. “Primeiro foi a Grécia, depois Portugal, Espanha, Itália e agora focam na França para impor a negociação por empresa, onde as entidades sindicais ficarão fragilizadas para eles poderem quebrar as leis tra-



Martinez, sec. geral da CGT-FR em visita ao Brasil

balhistas e a negociação coletiva. Assim, numa mesma região, teremos operários de uma mesma categoria recebendo salários diferentes, sendo regidos por legislações diferentes, com relações de trabalho diferentes”, frisou.

Para fazer frente a tamanho retrocesso, lembrou o sindicalista, a França realizou pela primeira vez a apenas quatro meses da eleição de um presidente um Dia Nacional de Luta, com Greve Geral contra as medidas regressivas. Philippe lembrou que Macron foi eleito com um voto de oposição à candidatura fascista e ao governo anterior, mas não para adotar um programa de retrocessos em todos os níveis. “E depois da eleição presidencial vieram as legislativas, com somente 44% de participação, uma enormidade de abstenção. Nestas eleições apareceram muitos empresários, alguns que sequer sabiam que tinham de ir até o Congresso para legislar. Há um deputado que inclusive organiza visitas e cobra como uma agência de viagens”, relatou o dirigen-

te, apontando que o ridículo dos parlamentares-empresários não tem limites.

Por toda a França, a Confederação Geral do Trabalho está convocando para o próximo dia 16 de novembro uma série de Jornadas de Mobilização, “para impedir que o governo e os patrões invertam o princípio da lei, que é a defesa do bem comum, e façam com que os interesses de uma minoria se sobreponham ao conjunto”.

Citando o exemplo da Renault, Philippe explicou que o mundo do trabalho mudou e que mais do que nunca as entidades sindicais precisam estar atentas, conscientes e mobilizadas para estas alterações. “Quando comecei, a minha fábrica tinha 25 mil assalariados e o trabalhador metalúrgico, o engenheiro, o porteiro, o vigia e o que cortava grama eram regidos pelo mesmo contrato. Hoje são só 16 mil assalariados e tem 77 empresas diferentes, o que corresponde a 35 contratos diferentes, boa parte precários. E a visão de Macron é reduzir cada vez mais os direitos”, denunciou.

LEONARDO SEVERO

Turquia decide modernizar defesa antiaérea com S-400 russo e general da Otan perde a pose

O principal general da Otan, Petr Pavel, ameaçou o governo turco por ter comprado um sistema russo de defesa aérea, o S-400, de última geração, e deixou de adquirir equipamento fabricado e vendido pelos Estados Unidos.

“O princípio da soberania obviamente existe no que diz respeito a aquisição de equipamentos de defesa, porém, da mesma forma que as nações são soberanas ao tomar uma decisão, eles são soberanas diante das consequências dessa decisão”, disse o frustrado general Pavel.

A compra do sistema de defesa aérea por parte dos turcos se deu pela necessidade de modernizar o setor, e a escolha dos sistemas avançados russos S-400

foi baseada no seu custo inferior se comparado as alternativas oferecidas pelos EUA.

Porém, a reação do general Pavel expôs seu inconformismo com a postura soberana adotada pela Turquia. Enquanto a Otan estava formalmente reclamando da possibilidade de compra de equipamentos russos, alegando que o sistema S-400 é incompatível com os sistemas militares da Otan, Pavel disse a repórteres, na semana passada, que a Turquia provavelmente será punida por não comprar os modelos norte-americanos, mesmo sendo mais caros e tecnologicamente menos atualizados.

Ao ser indagado pelos

repórteres sobre as posições antidemocráticas do governo turco, o general insistiu que ninguém é perfeito. Porém, ao que tudo indica, essa flexibilidade de Pavel não se aplica quando o governo turco decide não comprar armas americanas.

O S-400 russo e seu modelo antecessor, o S-300, foram elogiados a nível internacional como alternativas avançadas e econômicas frente aos sistemas antiaéreos americanos. Dessa forma, a adoção dos sistemas russos pela Turquia é atordoante para os EUA, já que expõe a dificuldade do império em manter sua capacidade de projetar e fabricar esse tipo de equipamento de forma competitiva.

Promotor Mueller diz que marqueteiro de Trump conspirou e fraudou IR - o que nada tem a ver com o Russiagate. Já Trump desenterra Uranium One e os US\$ 500.000 para a família Clinton

No momento em que o governo Trump tentava sair das cordas, através do anúncio do novo presidente do Federal Reserve, do corte de impostos para magnatas e da viagem de 12 dias à Ásia, o investigador especial Robert Mueller, ex-diretor do FBI de Obama, puxou o tapete, indiciando o ex-marqueteiro de Trump, John Manafort, por uma acusação que nada tem a ver com o chamado “Russiagate”.

Cinicamente, o indiciamento foi acoplado à divulgação da confissão – feita 25 dias antes – de George Papadopoulos, um assessor de quinta categoria da campanha de Trump, sobre “os russos” oferecendo “sujeira” contra Hillary em “milhares de e-mails” (quando é notório que foi o WikiLeaks e Assange).

A chicana prontamente foi alardeada pelo cartel da fake news - encabeçado pelo New York Times, Washington Post e CNN - como o cerco se apertando sobre Trump e o “conluio com Putin”.

Após pagar fiança de US\$ 10 milhões, Manafort ficou em prisão domiciliar. Seu sócio, Rick Gates, também foi indiciado. A acusação é que atuou como lobista para o governo da Ucrânia entre 2006 e 2014, não se identificou como ‘agente de governo estrangeiro’, lavou dinheiro e fraudou o imposto de renda. “Gastou extravagantemente em imóveis, carros de luxo, roupas e tapetes”, descreveu o NYT.

Acintosamente, entre as 12 acusações arroladas, está a de “conspiração contra os Estados Unidos”, embora não se saiba exatamente em que um marqueteiro a serviço do então presidente ucraniano – governo reconhecido oficialmente pelo governo norte-americano – poderia “conspirar” contra Washington.

“AGENTE ESTRANGEIRO”

Quanto à não declaração de agente estrangeiro, o advogado de Manafort ressaltou que normalmente tem sido tratado como infração administrativa nas últimas décadas e ocorreu antes do que estaria sendo alvo do mandato de Mueller, a suposta “manipulação russa das eleições de 2016”.

Tamanha é a forçação de barra de Mueller, que o irmão do chefe da campanha presidencial de Hillary, Tony Podesta, que também realizou o mesmo tipo de “serviço” para o governo de Kiev, teve de anunciar que estava deixando o Podesta Group. O que só mostra a desfaçatez imperante em Washington.

Na realidade, o indiciamento de Manafort sobre assunto anterior às eleições de 2016 só foi feita para aparentar credibilidade à colaboração de Papadopoulos, preso desde julho, e réu confesso de “mentir ao FBI” desde 5 de outubro, o que foi mantido em sigilo. Antes de ingressar como “voluntário” na campanha de Trump, ele assessorava o pré-candidato Ben Carter, que se retirou da disputa.

Papadopoulos, ex-consulador da indústria de petróleo e gás, teria se disposto, conforme a mídia, a realizar um “encontro histórico” entre Trump e Putin e teria sido “estimulado” por Manafort. Para isso, teria encontrado em Londres certo professor com “laços com a chancelaria russa”.

Foi ele que assumiu a historietas dos “milhares de e-mails” de “sujeira” contra Hillary. Os contatos com “os russos” seriam através do Facebook, cuja

conta encerrou em fevereiro deste ano, e por isso cometeu “obstrução de justiça”

O conto inclui uma mulher descrita como “parente de Putin”, mas que depois já não era “parente de Putin” – em algum lugar tinha que entrar o nome de Putin, para justificar o “Russiagate”. Ao fim e ao cabo, Papadopoulos admite que “não houve” o tal encontro e o NYT reconhece que ninguém da cabeça da campanha Trump foi a Moscou.

Ao que parece, o objetivo é usar as declarações de Papadopoulos, para, com a já conhecida visita de uma advogada russa à Trump Tower, onde se reuniu com o filho do então candidato, Donald Jr., para buscar atribuir a Trump “conluio com os russos que manipulavam a eleição”. Segundo o New York Times, “as notícias sobre o Sr. Papadopoulos atordoaram e alarmaram os assessores da Casa Branca”.

A porta-voz da Casa Branca, Sarah Huckabee Sanders, apontou que as imputações a Manafort eram por ações anteriores a se juntarem à campanha e classificou Papadopoulos como “um voluntário não remunerado” que se encontrou apenas uma vez com os principais dirigentes da campanha e “não tinha legitimidade” para falar pela campanha.

CONTRA-ATAQUE

O pessoal de Trump vem ensaiando um contra-ataque – além do já citado pagamento, pela campanha de Hillary, do ‘dossiê’ do conluio. O comitê Judiciário do Senado passou a investigar o chamado escândalo da “Uranium One”, o acordo dos EUA com a Rússia que abriu o mercado de reposição de combustível das centrais nucleares norte-americanas, e que foi assinado por Hillary e abençoado com meio milhão de dólares em palestra do cônjuge Bill ao Renaissance Bank, em Moscou.

Como um desenvolvimento do acordo pelo qual o urânio extraído das armas nucleares soviéticas destruídas foi destinado às centrais nucleares norte-americanas, em 2010 a estatal russa Rosatom comprou o controle acionário da mineradora canadense Uranium One, que detém 20% do fornecimento nos EUA.

A investigação do Senado, como efeito colateral, pega o atual investigador do Russiagate, Mueller, então diretor do FBI, que investigou na época a questão e achou tudo normal. Se a questão for em frente, Mueller poderia afastado do seu mandato atual, por ser parte da questão.

Brigas de gangue à parte, o que está em jogo nos EUA é para onde vai o império em declínio, com Trump considerando que a globalização tal do jeito que está ameaça a primazia dos EUA e é preciso deter a desindustrialização e os imigrantes, e que o adversário central a ser batido imediatamente é a China. Enquanto os neocons e Hillary consideram que se deve manter o agravamento da monopolização sob controle americano delineado sob Obama, o agressivo cerco à Rússia e a divisão do povo, sob a política de “identidade”. Quanto a esfolar o povo americano, e mais ainda os outros povos, encher as arcas de Wall Street, grampear em massa e manter as guerras sem fim, nisso não há divergência de fundo.

ANTONIO PIMENTA

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 14

Continuação da edição anterior

A oposição dos Andradas à escravidão, que era, primeiro, uma questão humana, também, ao mesmo tempo, era algo que adquiria sentido dentro de um projeto nacional de desenvolvimento do país, que favorecia, já naquela época, a industrialização – evidentemente, industrialização nos limites técnicos então existentes

CARLOS LOPES

João Manuel Pereira da Silva, além de político do Partido Conservador – chegou a conselheiro imperial e senador – foi autor, entre outras obras, de uma **“História da Fundação do Império Brasileiro”**, em sete tomos, publicada entre 1864 e 1868.

Nessa obra, Pereira da Silva marca a agudização da luta política entre os Andradas e a maçonaria a partir da campanha pela convocação, antes da Independência, de uma Constituinte:

“Começou o periódico *Revérbero* [o jornal de Gonçalves Ledo e do padre Januário da Cunha Barbosa] a tratar desta questão importante, e a iniciar uma propaganda que tendesse a mudar o conselho de procuradores por uma assembleia legislativa, atribuindo a D. Pedro ideias liberais, e ao ministério de José Bonifácio a causa de se não realizarem elas com o seu necessário vigor e desenvolvimento, pelos desejos que nutria o ministério, de conservar todo o arbítrio e reprimir toda a oposição.

“Nos artigos que escrevia Ledo notavam-se talento particular de polêmica, instrução variada das doutrinas de liberdade política e de regime parlamentar, e estilo fluido, elegante e agradável, que atraía a atenção e excitava o interesse. Produzia assim o *Revérbero* imensa sensação, arrastava os espíritos, e agrupava-os em torno dos verdadeiros princípios e máximas do governo representativo. Incomodava tanto mais o ministério quanto unia a uma lógica tenaz e cerrada fórmula moderadas e finas, à oposição decente contra os atos governativos uma dedicação decidida e extrema, uma afeição grata e sincera ao príncipe regente, que preconizava como o anjo tutelar do Brasil, e cujos sentimentos briosos e cavalheirescos e opiniões livres incessantemente encomiava” (cf. J.M. Pereira da Silva, op. cit., Tomo VI, Livro 11, Garnier, 1865, pp. 4-5).

Ao consultar a coleção (que está, hoje, digitalizada) do *“Revérbero Constitucional Fluminense”*, é forçoso concordar com Pereira da Silva.

Do mesmo modo, é o manifesto ao povo do Rio, escrito por Gonçalves Ledo após o Ipiranga e a volta de D. Pedro à capital:

“Cidadãos!
“A liberdade identificou-se com o terreno americano: a Natureza nos grita Independência; a Razão o insinua, a Justiça o determina, a Glória o pede; resistir é crime, hesitar é de covardes; somos homens, somos brasileiros.

“Independência ou Morte!
“Eis o grito de Honra, eis o brado nacional, que dos corações assoma aos lábios e rápido ressoa desde as margens do corpulento Prata, quase a tocar o gigantesco Amazonas. A impulsão está dada, a luta encetou-se, tremam os tiranos, a vitória é nossa.

“Coragem! Patriotismo!
O grande Pedro nos defende: os destinos do Brasil são os seus destinos. Não consintamos que outras províncias mais do que nós se mostrem agradecidas.

“Eis um passo, e tudo está vencido. Aclamemos o digno herói, o magnânimo Pedro, nosso primeiro Imperador Constitucional. Este feito glorioso assombra a Europa, e, recontado por milhares de cidadãos em todos os climas do universo, leve à posteridade

o festivo anúncio da Independência do Brasil.”

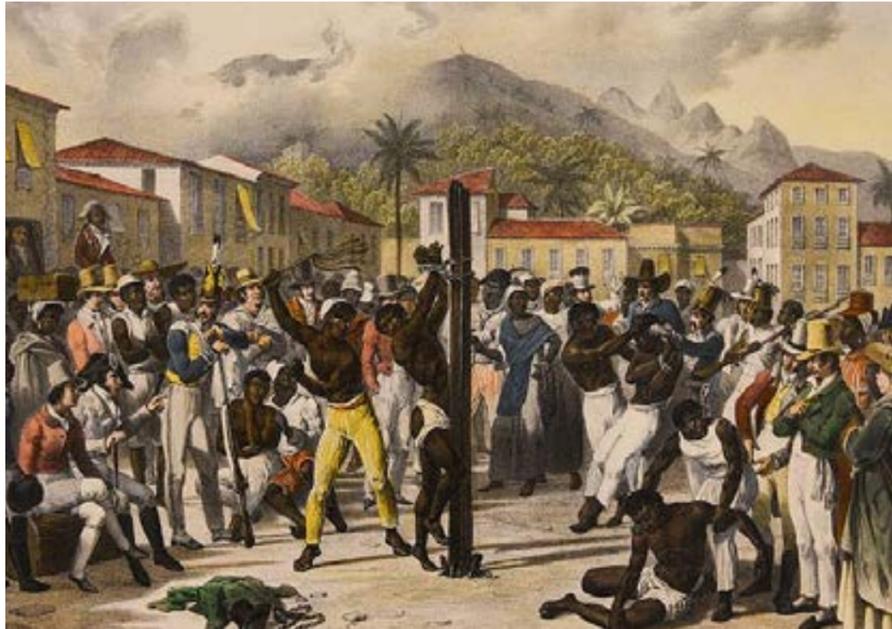
Porém, o mais notável na obra de Pereira da Silva, um empedernido escravagista, é, precisamente, o modo elogioso com que trata Gonçalves Ledo, ao contrário do modo como trata José Bonifácio – e seu irmão mais novo, Martim Francisco – retratados como autoritários, ditatoriais, persecutórios, inimigos das liberdades públicas.

[NOTA: Sobre a relação com o escravagismo de Pereira da Silva – nascido em uma das principais famílias, no Brasil de então, de comerciantes portugueses, o que quase sempre era sinônimo de traficantes de escravos –, se não bastassem os seus prolixos discursos, quando deputado, contra a Lei do Ventre Livre, restariam trechos de suas memórias, publicadas em 1896 (ou seja, já no período republicano). P. ex., diz ele sobre o período posterior à lei que proibiu o tráfico de escravos: *“Executava-se com retidão a lei que secara a fonte principal e única da manutenção do cativo. Não se importando da África mais nenhum escravo, não nascendo mais nenhum que não fosse repudiado livre, reduzidos ao cativo os pretos que existiam e que a morte devia arrebatá-los uns após outros, notava-se o porvir desassombrado da escravidão, que em poucos anos devia inteiramente desaparecer sem que grandes abalos prejudicassem os progressos da nação. (...) Convertidas em lei, os proprietários de escravos em suas fazendas tinham em dar exemplo de exata obediência”*. Porém, esses cidadãos modelares, tão respeitadores das leis, e que tanto contribuíam para o Brasil com a chibata no lombo dos seus “pretos”, tinham um problema, comenta ele, quase de passagem: *“Na situação angustiada que a propaganda da emancipação dos escravos colocara a agricultura, que florescia somente com o trabalho dos cativos...”*, etc. (cf. J. M. Pereira da Silva, **Memórias do Meu Tempo**, ed. Senado Federal, 2003, pp. 451 e 552.)

PROJETO

Isso não quer dizer, naturalmente, que tenha sido pouca a contribuição de Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, e outros membros da maçonaria, para a Independência.

O que queremos aqui ressaltar é uma questão de caráter de classe, pois, a oposição dos Andradas à escravidão, que era, primeiro, uma questão humana (José Bonifácio escreveu: *“Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume e a voz da cobiça, que vemos homens correr lágrimas de outros homens sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura”*), também, ao mesmo tempo, era algo que adquiria sentido dentro de um projeto nacional de desenvolvimento do país, que favorecia, já naquela época, a industrialização – evidentemente, industrialização nos limites técnicos então existentes (como, por exemplo, preconizara Alexander Hamilton para os EUA, em seu **“Report on Manufactures”**, apresentado ao Congresso norte-americano em 1791, portanto, mais de 30 anos antes da Independência do Brasil).



José Bonifácio: “Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume e a voz da cobiça, que vemos homens correr lágrimas de outros homens sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura”.
Tela “Punições Públicas”, de Johann Moritz Rugendas

Ledo e Clemente não parecem perceber, em nenhum momento, a importância dessa questão – pelo menos não com a importância que realmente tinha. Ledo, em especial, mantém-se nos limites estritos do liberalismo da época. O que era pouco para as necessidades do país.

Ao localizar essa diferença entre os Andradas e seus adversários, torna-se menos inexplicável o conflito entre eles – assim como o destino posterior dos próprios Andradas, em um país onde a classe dominante passara a ser, incontestavelmente, a dos senhores de escravos.

Também, a partir daí, parece mais compreensível a influência, depois da Independência, do “partido português” (isto é, do partido dos traficantes de escravos), com a formação do “gabinete secreto” (o “Chalçaça” & cia., com a marquesa de Santos, etc.) e os acontecimentos que levaram à explosão do sete de abril de 1831, com a abdicação do primeiro imperador.

[NOTA: Para os leitores interessados nos acontecimentos do período que vai de 1822 a 1831 (isto é, o primeiro reinado), que não abordaremos nesta série (exceto quando possa esclarecer algo sobre a Independência), o secretário particular de D. Pedro, Francisco Gomes da Silva, conhecido como o “Chalçaça”, após sua demissão e saída do Brasil – debaixo da pressão pública, em 1830 – publicou um livro de memórias em que, ao pretender fazer sua própria defesa, produz um interessante panfleto do “partido português”; por exemplo, sobre a Assembleia Constituinte de 1823: *“parecia querer-se começar a independência brasileira pela destruição do Brasil”*; ele não cita os Andradas pelo nome, mas a referência é clara quando escreve sobre *“planos adotados por certos homens de notórios princípios destruidores”* para “roubar” os bens dos portugueses no Brasil; cf. **“Memórias oferecidas a nação brasileira pelo Conselheiro Francisco Gomes da Silva”**, L. Thompson, Londres, 1831, p. 47.]

Houve, inclusive, alegações de que José Clemente Pereira – que nascera em Portugal e somente chegara ao Brasil em

1815, com 28 anos de idade – tinha relações com o “partido português”. José Honório Rodrigues, no quinto volume de **“Independência: revolução e contrarrevolução”**, vai até mesmo mais longe:

“... tudo faz crer que ele [Clemente] persuadiu os portugueses, comerciantes e proprietários, que seria do interesse deles, senão a Independência, pelo menos a autonomia, com a liberdade comercial, os tribunais superiores, os privilégios do cidadão, tais quais existiam com o Reinado”.

Antes de José Honório Rodrigues, já falara disso Tristão de Alencar Araripe, em 1870, numa conferência depois reproduzida, em 1894, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como Alencar Araripe, em geral, é um autor criterioso, que apresenta os fatos, mesmo quando sua opinião a respeito deles é discutível, citamos o que ele disse:

“A aceitação da causa do Brasil por parte de José Clemente foi também de máximo proveito para essa mesma causa. Homem ativo e enérgico, ele trabalhou com empenho pela ideia nacional, mas a proficiência do seu concurso nasceu de outro motivo.

“Grande parte da população do Brasil em 1822 era de nascimento português; e quando agitou-se a questão da independência da nossa pátria, essa população dividiu-se: parte queria a independência da pátria americana, porque já considerava o Brasil idóneo para tratar da sua própria ventura; parte a impugnavia, porque na estreiteza das suas ideias reputava crime o querer o Brasil a própria liberdade.

“Na parte da população portuguesa favorável à independência estavam os cargos públicos, a riqueza e a ilustração: José Clemente era alma e direção dessa importante massa.

“Aderindo ele à causa do Brasil não era um simples voto, que pronunciava-se por essa causa; era um partido poderoso, que por ela vinha combater. Daí pois mostra-se quão valioso foi o concurso desse atleta para a causa da independência. Ele não trazia simplesmente um nome, nem uma individualidade: trazia após si um partido e uma força considerável” (cf. Tristão de Alencar Araripe, **“Patriarcas da Independência Nacional”**, RIHGB, tomo LVII, parte 1, pp. 175-176).

Ressaltamos que a conferência de Alencar Araripe tem o objetivo de retirar José Bonifácio do lugar único de “Patriarca da Independência”, com a sagração de mais dois “patriarcas”: D. Pedro I, e, exatamente, José Clemente Pereira.

Portanto, trata-se de um texto altamente favorável a Clemente Pereira, em que sua relação com os portugueses que residiam no Brasil é tratada como uma vantagem para o nosso país e um mérito de Clemente.

E possível, é até mesmo

provável, que seja verdade. Mas, realmente, gostaríamos de mais provas a esse respeito. Infelizmente, não as encontramos nos autores que alegam essa relação, nem mesmo em José Honório Rodrigues. O fato de que Clemente nascera em Portugal é insuficiente, nos parece, para essa conclusão.

Porém, se aceita como premissa essa relação entre Clemente – apesar de toda a sua identificação com o Brasil – e os portugueses, seria mais fácil ajustar à sua figura histórica alguns acontecimentos, por exemplo, seu projeto, apresentado em 19 de maio de 1826, de proibir o tráfico de escravos em... 31 de dezembro de 1840, ou seja, 14 anos depois! (cf. Calógeras, **“A Política Exterior do Império”**, ed. cit., vol. 2, p. 495).

Realmente, Clemente Pereira não demonstrava desconforto com a escravidão. Nas palavras de um de seus apologistas (e, por sinal, dos melhores):

“Possuía José Clemente duas fazendas denominadas das Cruzes e Santa Eugenia, em Vassouras, onde tinha perto de 400 escravos. Não admitindo ele o concubinato dos servos, eram casados a maior parte deles. A cada mãe de sete crias, concedia ele a carta de alforria” (cf. Ernesto Sena, **“José Clemente Pereira, RIHGPS, vol. XII, 1907, p. 72”**).

CATIVEIRO

Essa incursão no relacionamento dos adversários de José Bonifácio com a escravidão tem apenas o sentido de caracterizá-los, mais precisamente, em termos de classe social.

Sobre Gonçalves Ledo, podemos apenas dizer que não se conhece um texto – ou um pronunciamento – sobre a escravidão que seja tão claro como aquele de José Bonifácio:

“É preciso pois que cessem de uma vez os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens da África. E preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão dos nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda: é preciso que cessem de uma vez todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território.

(...)
“Com efeito, senhores, nação nenhuma talvez pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa, de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só terras da África e da Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso país. Foram os portugueses os primeiros que, desde o tempo do infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres, e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos. Ainda hoje perto de 40 mil criaturas



humanas são anualmente arrancadas da África, privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportadas às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares, e destinadas a trabalhar toda vida debaixo do açoite cruel de seus senhores, elas, seus filhos e os filhos de seus filhos para todo o sempre!

(...)
“Qual é a religião que temos, apesar da beleza e santidade do evangelho, que dizemos seguir? A nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e de abusos antissociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um harém turco.

(...)
“O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência e a indolência traz todos os vícios após si.

(...)
“Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos juristas? Não é pois o direito de propriedade que querem defender, é o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade” (cf. José Bonifácio, **“Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão”**).

Nem mesmo Assis Cintra – apologista de Gonçalves Ledo que ataca José Bonifácio por ter comprado um escravo de Vasconcelos Drummond e por ter deixado, como herança, dois escravos à sua filha Narcisa – conseguiu apresentar um posicionamento de Ledo sobre a escravidão, muito menos algum que se compare ao do Andrada (cf. Assis Cintra, **“O Homem da Independência”**, ed. cit., pp. 183-189).

Nada disso apaga a ação de Ledo na Revolução da Independência. Apenas localiza, histórica e socialmente, seus limites.

Mas, voltemos aos acontecimentos políticos do ano de 1822.

RELATO

Em 14 de junho de 1841 – quase 19 anos após a Independência – em réplica a Antônio Carlos de Andrada, então deputado, o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, fez um relato dos acontecimentos do dia 9 de janeiro de 1822 – o “Dia do Fico”.

Clemente Pereira, em 1822, era presidente do Senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro – o correspondente à Câmara de Vereadores – e fora o orador que se dirigiu a D. Pedro para entregar o abaixo-assinado, pedindo que o então príncipe regente ficasse no Brasil. Em outubro do mesmo ano, Clemente fora preso, com os demais membros do grupo da maçonaria – com exceção de Ledo, refugiado em Buenos Aires.

Continua na próxima edição